

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E  
INSTITUCIONAL (PPGPSI)**

**O SUICÍDIO-HOMICÍDIO DE PESSOAS TRANS E A  
CISHETERONORMATIVIDADE: MARGINALIZAÇÃO E EXTERMÍNIO**

**VINCENT PEREIRA GOULART**

Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional

**Porto Alegre, RS, Brasil**

**2021**

# **O SUICÍDIO-HOMICÍDIO DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS E A CISHETERONORMATIVIDADE: MARGINALIZAÇÃO E EXTERMÍNIO**

Vincent Pereira Goulart

Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Psicologia  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI)  
**Porto Alegre, RS, Brasil**  
**2021**

*Ódio e preconceito jamais serão erradicados.*

*E caça às bruxas jamais será pelas bruxas.*

*Ter um bode expiatório... esse é o segredo. Os homens sempre temeram o desconhecido. Quando todos os magos deixaram Novigrad, as pessoas voltaram sua raiva contra outras raças e, como fizeram por eras, nomearam seus vizinhos seus maiores inimigos.*

***Geralt of Rivia - The Witcher 3: A Caçada Selvagem***

CD Projekt RED. 2015.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	4
<b>INTRODUÇÃO</b>	4
<b>CAPÍTULO 1 - UMA BREVE ANÁLISE DO DISPOSITIVO DA CISNORMATIVIDADE E DA PATOLOGIZAÇÃO DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS</b>	14
<b>CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS DE INIMIZADE DE MBEMBE, RAÇA E CISSEXISMO CIENTÍFICO</b>	19
2.1 Pele alva e pele alvo: raça, história e processos de colonização	19
2.2 Identidade de gênero e cissexismo científico: os mitos da cisnormatividade	36
<b>CAPÍTULO 3 - LUTO EM LUTA</b>	49
3.1 A caça às bruxas segue em nova roupagem	49
3.2 Homicídio de Estado	51
3.3 Das políticas públicas a populações T a necropolíticas e a relação com o Estado	67
3.4 “Não é de Deus”: pecado, crime e Inquisição	73
3.5 A Inquisição cisheteropatriarcal em nome do pai, do filho e do espírito santo	75
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	83

## RESUMO

A guerra contra populações definidas como inimigas da família, do cristianismo, da moral e dos bons costumes é reforçada pelo Estado, por meio de políticas conservadoras e genocidas. As populações de pessoas trans e travestis, especialmente negras e pobres, mediante a patologização histórica de suas identidades e por meio do racismo, são os principais alvos de *necropolíticas*, as políticas de morte. Por representarem uma ameaça à cisheteronorma e, portanto à sociedade, emerge a necessidade de neutralização do inimigo, a qual é reiterada pelo Estado, que promove uma agenda pública de marginalização e extermínio de pessoas trans, travestis e negras, seja por homicídio, seja pelo suicídio, destituindo essas populações de sua humanidade e de seus direitos fundamentais. Neste trabalho, busca-se compreender como a cisheteronormatividade atua nos processos de patologização de pessoas trans e travestis e como estabelece relações que tornam essas populações inimigas da sociedade através da colonialidade de gênero e de raça. As estratégias de pesquisa buscaram analisar a rede enunciativa que confere sentido aos relatos e ao conteúdo midiático online (jornais, revistas, blogs, entre outros) acerca de pessoas trans e travestis assassinadas e *suicidadas*, tendo como base as discussões de Silvio Almeida sobre racismo estrutural e de Achille Mbembe sobre as *políticas de inimizade* e as *necropolíticas*.

**Palavras-chave:** Pessoas trans; Necropolíticas; Suicídio; Raça; Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto da minha trajetória não só enquanto psicólogo, mas especialmente de minhas experiências tanto de vida quanto como ativista trans.

Sabe-se que a população de pessoas trans e travestis têm sido historicamente objeto de classificação e diagnóstico pelas ciências biomédicas e psi, por meio de critérios que desconsideram a singularidade de trajetórias de cada sujeito, bem como a diversidade humana, através de um processo de patologização das vidas trans. Estas áreas de conhecimento tornaram-se saberes legitimados pela cisheteronorma para "desvendar os mistérios" (ALMEIDA, 2013) do que é ser trans, alinhados à psiquiatrização que trata as transgeneridades sob um estatuto de transtorno mental,

relegando às instituições psi e biomédicas o controle sobre as identidades de gênero, especialmente as identidades trans (STOP PATOLOGIZACION TRANS, 2012).

Por longos anos, o DSM<sup>1</sup> diagnosticou as transgeneridades como "transtorno de Identidade de gênero". A partir de sua quinta edição, o manual diagnóstico, elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria, passa a definir esta categoria como "disforia de gênero", o que, na prática, trocou-se água por H<sub>2</sub>O. Conforme explicitado em meu Trabalho de Conclusão de Curso (GOULART, 2018), *este diagnóstico tem sido o principal recurso - e compulsório, no caso brasileiro - para o acesso às modificações corporais e, até o início do ano de 2019, à retificação da documentação civil. Além disso, durante 28 anos, a CID-10<sup>2</sup>, apresentada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), incluía a identidade de gênero no rol de "transtornos mentais, comportamentais ou do neurodesenvolvimento", reforçando discursos patologizantes e a gerência de estruturas normativas sobre os corpos trans.*

Recentemente, em maio de 2019, as transgeneridades foram retiradas deste rol, passando a serem categorizadas como "incongruência de gênero", parte da seção sobre "condições relacionadas à saúde sexual". Embora seja um passo adiante na despatologização das transgeneridades e travestilidades, ainda está longe do ideal, vide o fato destas ainda serem tratadas enquanto uma "incongruência", em que algo não está certo e necessita ser adequado, ou até mesmo *corrigido*. Esta mesma visão perpetua discursos que, ainda hoje, são reprodutores de sofrimento para pessoas trans e travestis que acreditam *estar no corpo errado*, partindo da afirmação de que existe um corpo correto; um corpo essencialmente "de homem" ou "de mulher", a fim de que se possa viver plenamente, obter cidadania e ser desejada/o. Assim, o sofrimento da "disforia de gênero", também muito reproduzido por pessoas trans e travestis, de acordo com Tenório e Prado (2016),

vem da discriminação decorrente dos efeitos da normatividade de gênero e de seus mecanismos coercitivos, impedindo as pessoas trans de perceberem suas identidades de gênero como legítimas e reais a partir de seus corpos. (TENÓRIO & PRADO, 2016).

O sofrimento derivado de violências transfóbicas estruturais e institucionais e de discursos cisnormativos internalizados, além de impedir que pessoas trans e

---

<sup>1</sup> Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.

<sup>2</sup> Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, também conhecida apenas como Classificação Internacional de Doenças.

travestis se compreendam como possuindo corpos legítimos, reforça a ideia de que as transgeneridades tratam-se de um transtorno mental, bem como produz a narrativa de que essas populações não podem apresentar qualquer tipo de sofrimento psíquico comum à população em geral, pois estaria diretamente atrelado à sua transgeneridade, logo existiria uma incapacidade desses grupos de ditar sua própria vida.

Esses posicionamentos mantêm uma lógica biologicista de que nossos corpos e nossos gêneros são ilegítimos perante uma cisgeneridade<sup>3</sup> naturalizada. A própria ideia de que apenas pessoas trans e travestis possuem identidade de gênero supõe a cisgeneridade como natural, legítima e universal, sem a necessidade de ser apontada. De maneira análoga, Butler (2003) observa, ao citar Simone de Beauvoir, que *somente o gênero feminino é marcado, sendo a pessoa universal e o gênero masculino fundidos em um só; ou seja, os homens como portadores de uma personalidade universal que transcende o corpo*, e as mulheres como detentoras de um gênero, um Outro, estabelecendo uma relação de diferença.

Mas não só. Esta é uma problemática que vai além da Psicologia, da Psiquiatria e das ciências biomédicas: fala-se aqui, portanto, de estruturas que moldam a cultura e a sociedade; de dispositivos estruturais de poder que gerenciam, controlam e regulam os corpos, as instituições e os campos sócio-políticos. Pretende-se aqui, desta forma, trabalhar com o conceito de *cisheteronormatividade*, mais especificamente a *cisnormatividade*, como um dispositivo de regulação social que opera por meio de processos que criam sujeitos dados como normais e hegemônicos e, em contrapartida, sujeitos categorizados como ilegítimos, anormais e marginalizados. Neste último caso, as transgeneridades, interseccionando os marcadores sociais da diferença de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, classe, raça, idade e religião.

Pode-se afirmar que a cisgeneridade integra o dispositivo da sexualidade, conceito cunhado por Foucault em 1976, mas expandido por diversos autores contemporâneos (LUCKMANN e NARDI, 2017; NARDI, 2014). O conceito de *dispositivo* é apontado inicialmente como um operador material do poder (REVEL, 2005), ou seja, tratam-se de técnicas, estratégias ou formas de assujeitamento

---

<sup>3</sup> A cisgeneridade, por sua vez, diz a respeito de pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi atribuído no momento do nascimento.

utilizadas pelo poder para penetrar e operar o controle sobre os corpos. A cisnormatividade, portanto, por meio do conceito biomédico do que é o sexo, regula e gerencia o que é o *ser mulher* e o que é o *ser homem*.

A cisnormatividade como parte de um dispositivo material do poder classifica as transgeneridades como desviantes, patológicas e que necessitam passar por um processo de "correção", por vias institucionais e simbólicas que se configuram como violações dos direitos humanos. Assim, a necessidade de correção para que os sujeitos adequem-se à cisnorma parte de uma colonização dos corpos e das vidas de pessoas trans e travestis.

É preciso compreender que a divisão binária presente no sistema sexo-gênero (RUBIN, 1975) é fruto também da colonialidade do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2003), e que a colonialidade diz respeito a um fenômeno histórico e a um padrão de poder e hierarquização de classes, gêneros, sexualidades, corpos, raças e etnias na sociedade (SIMAKAWA, 2015). Os sujeitos explorados sofrem não só com a subalternização, mas também com o apagamento de sua história e de sua cultura, bem como o impedimento ao acesso a seus direitos fundamentais. Em relação às pessoas trans e travestis, isso não é diferente: suas identidades são deslegitimadas, juntamente de suas vivências, tuteladas pela cisheteronorma e, por fim, marginalizadas em um espaço de patologização, do fetiche/exótico e da abjeção. A cisgeneridade, desta forma, é configurada estruturalmente como legítima e superior às transgeneridades, por meio de processos violentos de subjugação.

Essa subjugação das vidas de pessoas trans e travestis tem como um de seus desdobramentos a necessidade de correção para que estejam, de alguma forma, em sintonia com padrões cisnormativos de ser, partindo da abjeção e da inferiorização das transgeneridades (GOULART, 2018). Ao demarcar a diferença e perceber um *ser trans*, ou seja, as transgeneridades como anômalas e patológicas, estabelecem-se relações de poder. Este *ser trans* e diferente passa a necessitar de um tipo de neutralização como se fosse um potencial inimigo e ameaça à ordem designada como natural das coisas; um inimigo que fere o que é ser homem e o que é ser mulher, bem como padrões de gênero e discursos de verdade ditados pelas imperiosas e absolutas instituições das ciências biomédicas e boa parte das religiões. Ambas governadas, na sua ampla maioria, por homens brancos ocidentais e cisgêneros.

As transgeneridades e as travestilidades passam a ser declaradas como inimigas do Estado, da família, da Igreja, dos bons costumes. Assim, esta inimizade



necessita ser neutralizada via gerenciamento dessas vidas e destes corpos inimigos até pela via da morte do que é errado, anômalo e inferior, relegando estas vidas à marginalização; ou seja, à tentativa de exclusão da vida em sociedade, especificamente nos campos cultural, econômico, político e social.

Considerando a marginalização decorrente da patologização e da ação do Estado de vidas trans e travestis, entre outras violações de direitos de origem transfóbica, não é surpresa que estes fatores influenciam na saúde destas populações, especialmente no âmbito da saúde mental. Como um exemplo disso, no imaginário social<sup>4</sup>, há o mito de que pessoas trans suicidam-se por serem trans, bem como culpa-se o arrependimento de mudanças realizadas no corpo (ANTRA, 2018). Esta inverdade, através de discursos estigmatizantes e patologizantes, além de reativar sujeitos em situação de vulnerabilidade, ignora aspectos positivos de vivenciar a transgeneridade em ambientes acolhedores; de obter acesso e respeito à sua identidade, e de acessar seus direitos básicos de saúde, educação e segurança. A marginalização e o sofrimento são fruto de uma série de violações de direitos por preconceito e discriminação transfóbica, levando em conta a transgeneridade e suas interseccionalidades com os demais marcadores sociais da diferença. Ou seja, a transfobia estrutural também é reproduzida pelas instituições de saúde, educação e segurança, e nas relações cotidianas, produzindo contextos de precariedade de vida.

O conceito de *vulnerabilidade* vem sendo elaborado desde a década de 1980, especialmente pela via dos estudos referentes ao enfrentamento do HIV/Aids. Segundo Nichiata et al. (2008), a expansão da Aids naquele período, bem como modelos epidemiológicos e preventivos suscitaram questionamentos. Abordagens comportamentais centradas no indivíduo e que consideravam somente o risco individual como o cerne da epidemia do HIV não eram suficientes, nem mesmo eficazes, além de discriminatórias. Por este motivo, a noção de vulnerabilidade passou a ser adotada e caracteriza-se por três principais planos analíticos interdependentes que buscam sintetizar os múltiplos contextos, condições e estruturas de diversos setores da sociedade que influenciam na vida dos sujeitos: individual, social e programático.

Assim sendo:

---

<sup>4</sup> Entende-se o *imaginário social* como um conjunto de símbolos e referências os quais a sociedade mantém acerca de determinados grupos de sujeitos, ou seja, os estereótipos e os estigmas associados, por exemplo. Ver capítulo 2.2.

A vulnerabilidade individual está relacionada aos aspectos que dependem diretamente das ações individuais, configurando o comportamento e as atitudes do sujeito, a partir de um determinado grau de consciência que ele manifesta. Por seu turno, a vulnerabilidade social se caracteriza pelo contexto econômico, político e social, que dizem respeito à estrutura disponível de acesso a informações, financiamentos, serviços, bens culturais, liberdade de expressão, entre outros, e a vulnerabilidade programática se refere às ações comandadas pelo poder público, iniciativa privada e agências da sociedade civil, que visam ao enfrentamento das situações que causam vulnerabilidade, proposição de ações e destinação de recursos com esta finalidade. (SILVA et al., 2014)

Posto isso, é imprescindível pensar que a vulnerabilidade está fundamentalmente conectada à intersecção de marcadores que definem as diferenças entre os sujeitos a partir do gênero; da raça; da etnia; da classe; da religião; de geração, entre outros. São fatores mutuamente influenciáveis que indicam a necessidade de compreender e analisar a complexidade nas relações entre os sujeitos e as multiplicidades de experiências de vida. Consoante a Collins (2016, p.2), *os eventos e as condições sociais, a vida política e a subjetividade podem raramente ser entendida como moldada por apenas um fator.*

As situações de vulnerabilidade, de dificuldade de acesso aos seus direitos, o índice de suicídio de pessoas trans são alarmantes, especialmente entre os homens trans. Segundo relatório descritivo realizado pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH – UFMG) e pelo Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (DAA - UFMG), 85,7% das pessoas trans que responderam a pesquisa já pensaram em suicídio e/ou tentaram cometer o ato. É importante considerar que 81,48% das pessoas entrevistadas neste estudo são homens trans (SOUZA, 2015).

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), o suicídio é um grave problema de saúde pública, pois, a cada 40 segundos, uma pessoa comete suicídio em algum lugar no mundo. A cada ano, mais de 800.000 pessoas morrem por suicídio. Dentre jovens de 15 a 29 anos, foi a segunda principal causa de morte (WHO, 2015). Não há dados gerais acerca do suicídio da população trans (somente em estudos com amostras de conveniência), apenas menciona-se que este é um grupo em vulnerabilidade, o que sugere a invisibilidade das transgeneridades nas estatísticas nacionais frente a uma questão séria e estarrecedora.

Ainda, dados internacionais indicam que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, especialmente travestis negras e pobres, conforme o relatório da Transgender Europe (TGEU) (2016). Dos números absolutos colhidos entre 1 de janeiro de 2008 e 30 de setembro de 2016, o Brasil é responsável por 900 mortes dos 1768 assassinatos ocorridos na América do Sul e Central. Este número não para por aí e vem crescendo. O segundo boletim de assassinatos do ano de 2020 da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) informa que no período de 01/01/2020 a 28/02/2020, o Brasil apresentou um aumento de 90% dos casos de assassinatos de pessoas trans e travestis, em relação ao mesmo período de 2019. Este dado é o maior dos últimos quatro anos, superando inclusive o ano de 2017, em que, segundo o boletim, era o maior índice registrado até então (ANTRA, 2020).

Achille Mbembe, em seu ensaio “Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte” (2018), afirma que a soberania está embasada na possibilidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer como um atributo fundamental à sua constituição. Ser soberano é gerenciar e controlar a mortalidade como manifestação e exercício desta forma de poder.

Os dados e informações apontados anteriormente levantam a hipótese de uma espécie de extermínio de pessoas trans; uma política de Estado transfóbica, especialmente no Brasil, o que pretende-se descrever e esmiuçar neste trabalho. Nesta linha, outra questão a ser pesquisada e problematizada é: será que o suicídio de pessoas trans pode ser considerado como um homicídio de Estado?

Além disso, este trabalho pretende analisar mais densamente as estruturas cisnormativas e transfóbicas presentes em políticas públicas voltadas às populações T, conteúdos midiáticos, mapeamentos e relatórios a respeito dos homicídios e suicídios de pessoas trans. Para isso, será preciso considerar demais marcadores sociais da diferença, os quais atravessam os corpos e os contextos onde vivem, trabalham, amam, de escolarização e sociabilidade das pessoas trans. É necessário compreender as estratégias e as práticas pelas quais o poder produz os índices de homicídio e de suicídio da população trans e travesti. No caso, interseccionar as opressões sofridas por pessoas trans e travestis por conta de sua transgeneridade, bem como por sua raça/etnia e o que diz a respeito de classe social e formas de vivenciar a sexualidade.

Aqui, a interseccionalidade fornecerá instrumentalidade teórico-metodológica ao que diz a respeito da inseparabilidade estrutural do cisheteropatriarcado<sup>5</sup>, do racismo e do capitalismo; estes como produtores, segundo Akotirene (2019), de avenidas identitárias que sofrem pelo cruzamento de aparatos coloniais e pela sobreposição de gênero, raça e classe.

Ao encontro desse pensamento, Patricia Hill Collins (2016, p.11), descreve a interseccionalidade como

uma forma de compreender e analisar a complexidade no mundo, nas pessoas e nas experiências humanas. Os eventos e as condições sociais, a vida política e a subjetividade pode raramente ser entendida como moldada por apenas um fator. Elas são moldadas por vários fatores em formas mutuamente influenciáveis e diversas. Quando diz a respeito de inequidade social, a vida das pessoas e a organização do poder em uma dada sociedade são melhor entendidas como sendo moldadas não por um único eixo de divisão social, seja raça, ou gênero ou classe, mas por vários eixos que funcionam junto, influenciando uns aos outros. Interseccionalidade, como uma ferramenta analítica, propicia às pessoas melhor acesso à complexidade do mundo e delas mesmas.<sup>6</sup>

Neste sentido, pesquisou-se em canais de busca na Internet por mídias virtuais (textos, vídeos e imagens), jornais locais e revistas que noticiam e retratam pessoas T assassinadas ou *suicidadas*. Em sequência, partirei para a seleção e posterior análise dos materiais encontrados, juntamente aos mapeamentos de violências, relatórios - oficiais e outras formas de notificação organizadas pelos movimentos sociais nacionais e internacionais - a respeito de suicídios e homicídios atentados contra pessoas trans e travestis, além de pontuar quais políticas públicas são voltadas para estas populações e qual o teor dessas políticas. O objetivo é compreender como o dispositivo da cisheteronormatividade, através do maquinário estatal, no campo

---

<sup>5</sup> "Um sistema de poder baseado na dominância por homens cisgêneros e heterossexuais", tradução livre do autor. Fonte: <https://albertmohler.com/2019/08/14/hxrstory-cisheteropatriarchy-and-the-remaking-of-america-a-new-curriculum-emerges-in-california>.

<sup>6</sup> Tradução livre do autor.

sócio-político, opera e gerencia a vida de pessoas T em suas interseccionalidades, especialmente no que diz a respeito às vidas T negras e pobres.

Além disso, havia o intuito de realizar entrevistas semiestruturadas com pessoas próximas a alguma pessoa trans ou travesti que faleceu por violência transfóbica. Entretanto, devido à pandemia de covid-19 e às medidas restritivas de distanciamento social, bem como à falta de acesso a tecnologias adequadas para estas entrevistas, preferiu-se não realizá-las. Soma-se a isso questões éticas referentes a assuntos que possam provocar desgastes emocionais nas pessoas entrevistadas, o que, em tempos de pandemia e pela precarização dos serviços de saúde, bem como diante do desmantelamento das políticas de saúde mental no Brasil, faz ser inviável prestar a devida assistência a quem necessitar deste cuidado.

A respeito da base teórica norteadora desta pesquisa, as análises e as discussões serão elaboradas sob uma perspectiva decolonial, transfeminista e do feminismo interseccional oriundas do pensamento feminista negro enquanto ferramenta de análise e discussão; da obra de Achille Mbembe e Michel Foucault, especialmente através dos conceitos de biopolítica, poder e necropolítica; e Silvio Almeida, advogado, filósofo e professor universitário brasileiro, para a discussão acerca do racismo estrutural, com o intuito de refletir, via analogia, sobre a transfobia estrutural, o cissexismo científico e a manutenção da cisnormatividade como um dispositivo de poder e de controle de corpos e vivências.

Para compreender como a cisnormatividade atua nos processos de patologização de pessoas trans e travestis e como estabelece relações que tornam essas populações inimigas da sociedade, este trabalho propõe reflexões que traçam um paralelo histórico entre o racismo estrutural e a transfobia estrutural, tendo como base as discussões de Silvio Almeida sobre racismo estrutural e de Achille Mbembe sobre as políticas de inimizade e as necropolíticas. Retomar pontos históricos da Idade Média, como a Inquisição, e da Idade Moderna, como o Iluminismo, é importante para entender como se configuram as hierarquias e relações de poder entre os marcadores sociais de gênero, raça e classe, além dos processos de assujeitamento pela via colonial. Nos dois períodos históricos citados anteriormente, a construção de critérios biológicos e anatômicos que definem hierarquias entre os sujeitos serão consolidados como pilares importantes para a instituição da transfobia e do racismo, amparados por discursos científicos da época que permeiam ainda hoje a cultura ocidental, através da branquitude e do dispositivo da cisnormatividade. Este

trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro deles traz o panorama histórico da patologização das populações de pessoas trans e travestis, como operam e qual é o papel da cisnormatividade nestes processos; o segundo capítulo refere-se à construção das políticas de inimizade em relação a pessoas T, incluindo os marcadores de raça e classe, por meio de processos históricos de colonização geográfica, cultural e da produção dos conhecimentos científicos, buscando compreender, ao longo da história, como a rede discursiva transfóbica e racista se fortaleceu em nossa sociedade; e por fim, o terceiro capítulo fala das necropolíticas, embasadas na construção das relações de inimizade estabelecidas social e culturalmente, reforçadas pelas ações do Estado e do governo no campo político.

## **CAPÍTULO 1 - UMA (MUITO) BREVE ANÁLISE DO DISPOSITIVO DA CISNORMATIVIDADE E DA PATOLOGIZAÇÃO DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS**

Antes de compreendermos o que é uma vida inimiga e como esta é construída historicamente e o que autoriza o Estado a apagá-la e a assassiná-la, seja pela via do homicídio propriamente dito, seja através do suicídio, precisamos compreender como funcionam os processos de colonialidade impostos a estas vidas por intermédio de jogos de força e hierarquizações. A patologização de pessoas trans e travestis, portanto, funciona como uma principal via de gerenciamento colonial dessas vidas com respaldo de um cientificismo transfóbico, assistido pelas vias jurídicas, institucionais e estatais.

Recentemente, em 2018, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou uma nova classificação, durante o lançamento da 11ª edição da CID, denominada “incongruência de gênero” (UNAIDS, 2018), alegando que as transgeneridades não se tratam de um transtorno mental e que este seria um passo importante para o enfrentamento de preconceito e discriminação contra estas populações. Entretanto, na prática cotidiana, compreendemos que a despatologização da identidade de gênero de pessoas trans e travestis diz a respeito a um processo muito além do que alterar um título que, além do mais, ainda refere ao gênero de pessoas trans e travestis como “incongruente” frente a uma norma determinada como “natural” e “normal”. Este diagnóstico ainda é necessário, por exemplo, para garantir o acesso ao atendimento às demandas específicas de saúde das populações T. Vale ressaltar, inclusive, que as políticas de saúde destes grupos ainda são bastante escassas, muitas vezes importadas de protocolos internacionais, e de difícil implementação tanto no âmbito privado quanto público de saúde no Brasil; complicações estas oriundas tanto do desconhecimento acerca das transgeneridades quanto por preconceito, discriminação e políticas de morte voltadas para o extermínio dessas populações, a ser discutido mais adiante. Para além do que é documentado em manuais diagnósticos, sabe-se que há a necessidade de enfrentar os estigmas sociais e culturais acerca de pessoas trans e travestis, ou seja, violências que compõem a estrutura da nossa sociedade, perpassando diversos âmbitos institucionais.

Além disso, até pouco tempo, o diagnóstico pelas ciências biomédicas e psi (psicologia e psiquiatria) era necessário para a obtenção de direitos fundamentais, inclusive à própria cidadania, como a retificação de registro através da via judicial, e a procedimentos cirúrgicos e de hormonização<sup>7</sup>. Graças à luta dos movimentos trans, desde 2018, já se realiza a retificação diretamente em cartórios. Antes, para a retificação de registro civil, inclusive, era cobrado por alguns juízes e juízas que pessoas trans e travestis se submetessem à cirurgia de redesignação genital para serem afirmadas/os como pessoas do sexo/gênero autodeclarado, através de comprovação documental. No entanto, a cirurgia de redesignação genital não é um desejo comum a todas as pessoas T, nem mesmo pode ser considerado um fator que determina o *ser trans*; indo além, nenhuma característica fisiológica e/ou anatômica deveria enclausurar o *ser homem* e o *ser mulher*. Vale apontar, inclusive, que o Provimento n. 73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) torna o processo de registro civil um procedimento administrativo para pessoas trans, porém mantém o procedimento judicial para pessoas que gostariam de registrar a informação “não-binária” em seu documento. Além disso, o fato de pessoas trans contarem com a retificação de registro civil via cartório não significa que estejam imunes de sofrerem violações de direitos nesses espaços.

Munidos de cientificidade, tanto os discursos biomédicos quanto os psi:

(...) tornaram-se os saberes apropriados e exclusivos para desvendar os mistérios que levam uma pessoa de um determinado sexo a reivindicar o reconhecimento social como membro de outro, e o protagonismo destas ciências na questão delimitou uma fronteira entre o normal e o patológico no campo das identidades sexuais. (ALMEIDA, 2013).

Ou seja, estes saberes, alinhados a uma psiquiatrização que delega um espaço de tutela sob um estatuto de transtorno mental, concede às instituições tanto psicológicas quanto psiquiátricas o gerenciamento sobre as identidades de gênero, especialmente trans e travesti, segundo a Rede Internacional Pela Despatologização

---

<sup>7</sup> PROVIMENTO CGJ N° 16/2018: O Supremo Tribunal Federal, no dia 1º de março de 2018, definiu, por unanimidade, ao reconhecer que pessoas trans podem alterar o nome e o sexo no registro civil sem que se submetam a cirurgia ou decisão judicial. O procedimento pode ser realizado via cartório. No Brasil, as Portarias nº 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 e ampliado pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 dá acesso ao Processo Transexualizador do SUS, para que pessoas trans possam realizar os procedimentos de modificação corporal de seu interesse. É nesta portaria em que é exigido acompanhamento psi para dar seguimento no programa do processo Transexualizador.



Trans (STOP PATOLOGIZACION TRANS, 2012). Motivadas por seus interesses, as instituições biomédicas e psi operam através da cisnormatividade, um dispositivo de poder e de gerenciamento dos corpos, com o intuito de corrigi-los e normalizá-los como forma única de reconhecer essas pessoas dentro da lógica binária e genitizante de sexo/gênero. Sabemos que, no momento em que é atribuído um sexo ao indivíduo, somam-se expectativas tais quais os papéis que aquele gênero deve performar em sociedade. Pressupõe-se também que, ao se enquadrar nestes quesitos e vivenciá-los, a identidade de gênero deste sujeito é “normal”. As transgeneridades - pessoas trans, travestis e não-binárias -, por não se adequarem a essa norma, são classificadas como desviantes e patológicas, assim age a cisnormatividade como norma e ideal regulatório do ser. Assim, a cisnorma opera em oposição a algo que é inferiorizado e subordinado a ela; por exemplo, a transgeneridade só existe em oposição à cisgeneridade, porém sendo compreendida como inferior e abjeta (GOULART, 2018).

A cisnormatividade, enquanto dispositivo, refere-se a um operador material do poder. O conceito de dispositivo, conforme apontado por Foucault (REVEL, 2005), se compõe de técnicas, estratégias ou formas de assujeitamento utilizadas pelo poder para penetrar e operar o controle sobre os corpos. A cisnormatividade, desta forma, detém como fundamento o conceito biomédico do que é o sexo, que nada mais é do que um valor cultural e histórico tão construído quanto o gênero. A normatividade a qual os indivíduos são assujeitados e subjetivados propõe, portanto, uma correção a corpos e vivências que não correspondem aos critérios estabelecidos como “normais” e “naturais”.

Essa necessidade de correção do que é declarado como problemático, anormal, defeituoso e abjeto também se refere a um processo de colonização desses corpos; aqui, nos referindo ao caso de pessoas trans e travestis. Para Simakawa (2015), a colonialidade é um fenômeno histórico, um padrão de poder que naturaliza hierarquias na sociedade, como as hierarquias territoriais, raciais, culturais e, inclusive, epistêmicas. Os sujeitos explorados sofrem com a subalternização e o apagamento de sua história, de sua cultura e com o extermínio de sua própria população. Ainda de acordo com a autora, a cisnormatividade é “um conjunto de dispositivos de poder colonialistas sobre as diversidades corporais e de gênero, sendo tais dispositivos atravessados por outras formas de inferiorização, marginalização e colonização interseccionais” (SIMAKAWA, 2015). Em vista, a

cisgeneridade é determinada como superior às transgeneridades, como se pessoas cisgêneras fossem dotadas de um sexo/gênero legítimos (GOULART, 2018), sendo essa legitimidade ratificada através de um cientificismo, da biologia, das ciências biomédicas e psi, classificada como “natural” e “desejável”. No outro lado, os corpos e vivências distintas da norma cisgênera são enquadradas como “anormais”, “indesejáveis” e patologizadas, sob sentença de um “transtorno”, “síndrome” ou “anomalia”.

Quando se fala em identidade de gênero, geralmente, a primeira informação que vem em mente é relacionada a pessoas trans e travestis. Um exemplo disso são seminários, palestras, rodas de conversa e trabalhos acadêmicos sobre identidade de gênero, partindo de um pressuposto de que somente pessoas T possuem identidade de gênero, enquanto que a cisgeneridade também compõe essa categoria. Entretanto, não é discutida, sendo que o questionamento da cisnorma é essencial para que se possa trabalhar o rompimento de lógicas coloniais que fazem parte da cultura da sociedade, afetando a todos os indivíduos. O mais incômodo é que, tocar em identidade de gênero e este conceito ser automaticamente atrelado a pessoas T, isso diz muito a respeito dos processos de patologização e deslegitimação do gênero/sexo de pessoas T: ainda hoje, acredita-se que pessoas cisgêneras são naturais, "normais" e legítimas, enquanto que pessoas T não passam de "armadilhas", "anormais", vinculando muito a questão da identidade com o mental. Ou seja, pessoas T "pensam", "sentem-se" e "afirmam-se" enquanto homens/mulheres, enquanto que pessoas cisgêneras simplesmente são, pois "nasceram assim", lógica essa equivocada e transfóbica.

Para Mbembe (2017, p. 27), a escravização foi uma das primeiras manifestações de experimentação política em que a condição de pessoa escravizada resulta da perda de um lar, de direitos acerca do próprio corpo e do estatuto político, trazendo como referência o *plantation*, em que a pessoa escravizada, juntamente ao território, pertence a um senhor. Essas perdas, segundo o autor, equivalem a *uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é expulsão fora da humanidade)* (MBEMBE, 2017, p. 27). Essa dominação absoluta a qual o filósofo refere-se, ao falarmos do gerenciamento das vidas de pessoas trans e travestis pela cisnormatividade, não é tão diferente. A patologização dos corpos parte da estigmatização dessas populações e, também, da definição de relações de inimizade do Estado para com diferenças observadas como ameaçadoras para a

moral, o conservadorismo e a ordem cisgênera. As transgeneridades são uma afronta às verdades construídas e cristalizadas nas estruturas sociais, ao poderio do cristianismo e do conservadorismo, ao patriarcado e a uma ordem econômica neoliberal, a ser discutida mais adiante.

Logo, entende-se que as lógicas de patologização, historicamente, revelam muito mais sobre a manutenção de hierarquias de saber e de poder científico como formas de regular normas sociais, de coibir e de assujeitar a normas de gênero do que um cuidado à saúde integral de pessoas trans e travestis (TENÓRIO & PRADO, 2016).

## CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS DE INIMIZADE DE MBEMBE, RAÇA E CISSEXISMO CIENTÍFICO

### 2.1 Pele alva e pele alvo: raça, história e processos de colonização

*"Com a fé de quem olha do banco a cena  
Do gol que nós mais precisava na trave  
A felicidade do branco é plena  
A pé, trilha em brasa e barranco, que pena  
Se até pra sonhar tem entrave  
A felicidade do branco é plena  
A felicidade do preto é quase  
Olhei no espelho, Ícaro me encarou  
Cuidado, não voa tão perto do Sol  
Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei  
O abutre quer te ver de algema pra dizer: Ó, num falei?!  
No fim das conta é tudo Ismália, Ismália  
Ismália, Ismália  
Ismália, Ismália  
Quis tocar o céu, mas terminou no chão  
Ismália, Ismália  
Ismália, Ismália  
Ismália, Ismália  
Quis tocar o céu, mas terminou no chão  
Ela quis ser chamada de morena  
Que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena  
A raiva insufla, pensa nesse esquema  
A ideia imunda, tudo inunda  
A dor profunda é que todo mundo é meu tema  
Paisinho de bosta, a mídia gosta  
Deixou a falha e quer medalha de quem corre com fratura exposta  
Apunhalado pelas costa  
Esquartejado pelo imposto imposta*

*E como analgésico nós posta que  
Um dia vai tá nos conforme  
Que um diploma é uma alforria  
Minha cor não é um uniforme  
Hashtags #PretoNoTopo, bravo!*

*80 tiros te lembram que existe **pele alva e pele alvo**  
Quem disparou usava farda (mais uma vez)  
Quem te acusou, nem lá num tava (banda de espírito de porco)  
Porque um corpo preto morto é tipo os hit das parada  
Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada  
Olhei no espelho, Ícaro me encarou  
Cuidado, não voa tão perto do Sol  
Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei  
O abutre quer te ver drogado pra dizer: Ó, num falei?!  
No fim das conta é tudo *Ismália, Ismália*  
*Ismália, Ismália*  
*Ismália, Ismália*  
Quis tocar o céu, mas terminou no chão  
Ter pele escura é ser *Ismália, Ismália*  
*Ismália, Ismália*  
*Ismália, Ismália*  
Quis tocar o céu, mas terminou no chão  
(Terminou no chão)*

*Primeiro, sequestra eles, rouba eles, mente sobre eles  
Nega o Deus deles, ofende, separa eles  
Se algum sonho ousa correr, cê para ele  
E manda eles debater com a bala de vara eles, mano  
Infelizmente onde se sente o Sol mais quente  
O lacre ainda tá presente só no caixão dos adolescente  
Quis ser estrela e virou medalha num boçal  
Que coincidentemente tem a cor que matou seu ancestral  
Um primeiro salário  
Duas fardas policiais  
Três no banco traseiro*

*Da cor dos quatro Racionais  
Cinco vida interrompida  
Moleques de ouro e bronze  
Tiros e tiros e tiros  
Os menino levou 111 (Ismália)  
Quem disparou usava farda (meu crime é minha cor)  
Quem te acusou nem lá num tava (eu sou um não lugar)  
É a desunião dos preto, junto à visão sagaz  
De quem tem tudo, menos cor, onde a cor importa demais"  
(Ismália - Emicida  
Álbum: AmarElo, 2019)*

Ao discutir os processos de colonização de pessoas trans e travestis, é necessário embarcar em uma viagem ao passado, quando da invasão do país por brancos e europeus. Para que esta discussão não se torne tão longa e não percorra caminhos mais distantes de seu objetivo, destacarei dois pontos importantes, indicados por Mbembe, em sua obra *Políticas da Inimizade* (2017, 22): a colonização das Américas e o tráfico de pessoas negras escravizadas, ambos os processos associados à expansão do capitalismo colonial-mercantilista-industrial, impulsionado pelo Estado moderno europeu, o qual visava a expansão do domínio territorial e da exploração das riquezas, além do trabalho das pessoas escravizadas.

A escravização de pessoas de origem africana fazia parte de um projeto de dominação ambiental e territorial, com a finalidade de exploração dos recursos naturais das terras americanas. Não só: enquanto a cana-de-açúcar e o pau-Brasil, por exemplo, eram exportados, as próprias pessoas escravizadas tornaram-se parte deste dispositivo de exploração em troca de lucro. Mbembe aponta que *a raça entendida remetia para um corpo sem mundo e sem terra, um corpo de energia combustível, uma espécie de duplo da natureza que era possível transformar, pelo trabalho, em stock ou fundo disponível* (2017); ou seja, compreendia-se estas populações como seres inferiores, destituindo-as de seu valor humano. Além da exploração dos recursos naturais, é importante ressaltar que a religião está diretamente relacionada aos processos coloniais. A Igreja, com a finalidade também de expandir seu domínio, construiu uma missão de evangelização das populações

originárias da América do Sul, bem como de pessoas negras africanas escravizadas nestes processos. Não podemos descartar este fato, visto que possui grande impacto na forma como se configuram os códigos morais e os costumes no Brasil, bem como suas leis. Existe uma participação forte do cristianismo nos processos de subjetivação da sociedade em que vivemos hoje, moldando tanto as relações quanto o campo político. Foi essa mesma catequização compulsória, interseccionada com as opressões raciais, que fomentou o apagamento da cultura e das crenças de povos originários e de povos africanos. Ainda hoje não há meros reflexos, mas uma violência fortificada e explícita contra tradições africanistas e religiosidade de matriz africana, além da demonização das práticas e entidades do panteão, configurando o que conhecemos como *racismo religioso*. Não é difícil encontrar na mídia reportagens que noticiam o assassinato de babalorixás (pais-de-santo) e yalorixás (mães-de-santo), inclusive a destruição total de terreiras, espaços estes de tradição africana que acolhem - e também servem para a socialização - não só pessoas negras e permitem o contato com sua ancestralidade, mas também de pessoas trans, travestis e pessoas cisgênero gays, lésbicas e bissexuais.

O candomblé e o batuque gaúcho, por exemplo, tendem a ser mais sensíveis às diferenças na construção das subjetividades, embora existam ressalvas de espaços de tradição africanista que reproduzem cisheteronormatividade. De acordo com Rios (2004), as representações de Orixás e suas qualidades proporcionam um leque de subcategorias de gêneros e sexualidades mais próximas da realidade, organizando-se em um arco-íris de possibilidades. Para exemplificar, há Oxumaré, que flui seu gênero de tempos em tempos; Ossaim é o feiticeiro, homem gay masculinizado; Logun Edé é o menino afeminado, cheio dos encantos, brincante dos atributos de gênero, filho de Oxóssi e Oxum, que traz a feminilidade. Iansã e Obá são as mulheres mais masculinizadas das iabás (Orixás femininas): a primeira, empoderada, independente, forte como um búfalo e livre e leve como uma borboleta; a segunda, a senhora do conhecimento, filha de Iansã, conhecida por ser guerreira como sua mãe, brava, comumente assimilada na cultura popular como "a mulher macho", sendo uma referência para mulheres lésbicas com atributos mais no espectro da masculinidade, as *butches* ou "caminhoneiras". Esses saberes e arquétipos são transmitidos oralmente nas terreiras, sendo as referências em literatura acadêmica

poucas ou raras<sup>8</sup>. Ao apontar a diversidade de gênero, sexual e de expressão de gênero, a ideia é entender que as tradições afro-brasileiras africanistas, geralmente, acolhem e possibilitam a aproximação dessas populações nas tradições.

De forma paralela à religião, o Iluminismo, no século XVIII, teria sido o principal catalisador para o colonialismo como argumento científico e cultural, especialmente com o impulsionamento nas descobertas científicas e com o comércio via navegações marítimas. Através do *antropocentrismo*, o saber filosófico ganhou destaque e tornou o “homem” como seu principal objeto. Segundo Almeida (2018), as ferramentas científicas do iluminismo tornaram possíveis a comparação e a classificação de diferentes grupos de pessoas, partindo de características físicas, biológicas e culturais: dividiu-se a espécie humana entre *civilizados* e *selvagens* (mais tarde, *primitivos*). A raça, portanto, tornou-se um fator social relevante para a compreensão do ser humano pela filosofia/antropologia moderna. Não tão diferente, o sexo, através de categorias de diferenciação binária biologicista homem x mulher, ganhou legitimidade através de discursos científicos modernos ditos “verdadeiros” e impreterivelmente inquestionáveis. Vemos assim que há uma passagem, sem mudança de posições, dos modos de hierarquização racial da religião para a ciência.

Não me parece grande novidade, posto que a ciência e a filosofia moderna foram constituídas fundamentalmente em sua base por homens brancos. Para Grosfoguel (apud BALLESTRIN, 2013), às *Américas* - estas tão inventadas quanto a Grécia para a sociedade Ocidental, de acordo com Ballestrin (2013) - *chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista europeu e, com ele, a reprodução dos padrões hierárquicos globais já existentes*. Acrescento que este homem também é cisgênero, visto que carrega consigo a epistemologia cisgênera acerca de um saber que delimita a binariedade de sexo/gênero incrustada como verdade nas estruturas das sociedades ocidentais. A filosofia moderna, portanto, é a base de um fazer ciência que ainda hoje repercute em discursos acadêmicos que definem o que é ciência e o que não é; o que é verdade; e embasa o funcionamento das sociedades ocidentais, incluindo as leis, os costumes e a própria moralidade. A ciência que temos hoje, assim, estabeleceu-se como a estrutura universal da razão, a partir da lógica eurocentrada e entendida como um “ponto zero”: o ponto de partida

---

<sup>8</sup> Parte dessa anotação refere-se aos arquétipos citados por Rios (2004); outra, de conhecimento oralizado adquirido em terreiros por mim, que cresci e faço parte de tradição afro-brasileira africanista.



*supostamente neutro e absoluto, na qual a linguagem científica desde o Iluminismo (CASTRO-GÓMEZ apud BALLESTRIN, 2013) é fundamental para a reprodução da colonialidade do saber, e a base para uma filosofia hegemônica que, ainda hoje, não tem cara, gênero, raça, sexualidade, classe, espiritualidade, nem localização... Um sujeito epistêmico que produz a verdade desde um monólogo interior consigo mesmo, sem relação com ninguém fora de si (GROSFOGUEL, apud BALLESTRIN, 2013).*

Ainda, como sequência e em nome da razão eurocêntrica, Almeida (2018) afirma que

as revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da civilização. Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os primitivos, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão (ALMEIDA, 2018, p. 21).

Entretanto, lendo os livros de História na escola, nos deparamos com a Revolução Haitiana, a qual tomou rumos diferentes das revoluções citadas anteriormente. Digo que foi a mais importante delas, pois, liderada por haitianos, pessoas negras proclamaram a independência do Haiti, em 1804, das mãos do colonizador francês. Embora ainda hoje o país sofra pelas consequências dos obstáculos oriundos da resposta francesa à independência do Haiti, esta revolução tornou evidente, segundo Almeida (2018, p. 22), *que o projeto liberal-iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos*. Ou seja, mesmo os tão admirados ideais iluministas e revolucionários franceses não tinham como propósito a luta antirracista e o fim do sistema escravagista. Quem pode clamar por liberdade, senão aquele que detém humanidade e se eleva ao status de cidadão?

A divisão de grupos de sujeitos em categorias, bem como a inferiorização de determinados grupos relegou a processos de desumanização que formam os pilares do colonialismo e, mais tarde, ao neocolonialismo através das dominações imperialistas pelas principais potências econômicas mundiais da Idade Moderna: Inglaterra e França. Assim, o racismo seguiu pelas vias da institucionalização através

do que hoje conhecemos como *racismo científico*. Embasado na diferença racial e por modelos deterministas biológicos para explicar a diversidade humana, o positivismo científico, surgido no século XIX, estabeleceu hierarquias entre as categorias de sujeitos, valendo-se de um *fazer ciência*, de um *saber*. A finalidade de explicar “cientificamente” as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as raças (ALMEIDA, 2018, p. 23) agrupou pessoas negras e povos originários americanos (chamados de *indígenas*), apelando também pelas diferenças climáticas. Uma das explicações era que as condições de um clima tropical *favoreciam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência* (ALMEIDA, 2018).

Dessa forma, evitar a miscigenação para manter a *pureza e a superioridade racial* da população branca europeia era necessário. Mais tarde, os ideais positivistas e deterministas biológicos do *racismo científico* fundamentaram um dos maiores genocídios da história mundial, o holocausto, durante a Segunda Guerra Mundial. Para Almeida, os eventos ocorridos naquele período reforçaram a raça como um elemento essencialmente político, *utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários* (ALMEIDA, 2018). Embora o genocídio nazista seja o mais lembrado - até porque na lógica colonial, o fato de ter acontecido na Europa lhe confere visibilidade -, o genocídio das populações originárias das Américas é estimado em 70 milhões de pessoas, um número muito superior e há muito mais tempo (crime que até hoje se perpetua no Brasil e em outros países).

Outros exemplos mais próximos da realidade brasileira: o genocídio da população jovem negra nas favelas do Rio de Janeiro e periferias em todo o país; e, de forma análoga, o genocídio da população de pessoas trans (negras, em maior número), ambos em nível global, conforme dados apontados anteriormente.

Em *Crítica da Razão Negra*, Mbembe (2014) aponta que a ordem do mundo tem seu fundamento e justificativas no mito da superioridade racial; ou seja, em sua necessidade de criar mitos para fundamentar seu poder, países do hemisfério ocidental (norte geográfico) colocavam-se como o centro do mundo. Do ocidente (cultural, não geográfico), portanto, partia a razão, a vida e a verdade, o poder político, os direitos civis, o público e o privado, e a sociedade civil. Era a grande e majestosa civilização branca, racional em sua plenitude (racista) e poder. Possuía direitos quem era cidadão e, para isso, era necessário ser reconhecido como alguém de valor para

tal, que cumprisse com os costumes, a moral, as leis, a religião, com o pagamento de impostos e, por conseguinte, detivesse riquezas. Era preciso ser um *cidadão de bem e de valores*. Isso não soa familiar para você ainda hoje?

Retomando os processos de colonização, estes também funcionavam como *excreção daqueles e daquelas que, por vários factores, eram considerados supérfluos ou excedentários nas nações colonizadoras* (MBEMBE, 2017). Estas pessoas, geralmente mais pobres, os “vagabundos”, os “delinquentes” que, pela ótica de colonizadores, viviam em ociosidade e nada tinham a acrescentar à sociedade, podendo ser substituídos, caso cessassem de existir da mesma forma que um produto ou um utensílio de trabalho. Assim, deveriam ser postos a trabalhar, visto que eram compreendidos enquanto uma carga, um peso que não pertenciam ao reino, nem mesmo detinham cidadania. Ocupavam - e ainda ocupam -, portanto, o espaço da subalternidade, da marginalidade e das periferias. Na perspectiva de Kowarick (apud NEVES, 2005), a marginalização abrange fenômenos que resultam na forma de *exclusão de benefícios inerentes à sociedade urbano-industrial*. Assim, e consoante a Mbembe, ao apontar a marginalidade como fruto das estruturas de produção e de acumulação capitalista, entende-se que essas populações sofrem um processo autorregulatório pela sociedade com a finalidade de eliminar seus “aspectos doentios”.

A discriminação racial, entendida como uma *atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupo racialmente identificados*, ao longo de um período, leva ao processo intergeracional em que *o percurso de vida de todos os membros de um grupo social - o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material - é afetado*, chamado de *estratificação social* (ALMEIDA, 2018). E não só a discriminação racial, mas por gênero também, especialmente quando falamos das populações de pessoas trans e travestis, que experienciam de forma mais intensa um *apartheid de gênero*, em que a cisnormatividade *sufoca pessoas de todos os gêneros e identidades sociais* (JESUS, 2014), por romperem com as barreiras do binarismo de sexo/gênero.

Poderíamos debater infindavelmente acerca dos resquícios destas tramas que ainda permanecem bastante vivas no mundo por conexões estruturais e institucionais que se perpetuam pelos espaços. Tratam-se de veias sistêmicas que se adaptam e reelaboram as opressões racistas conforme as mudanças culturais, políticas e tecnológicas de determinada sociedade em certo período na história. As táticas e

estratégias capitalistas, a maneira como nos relacionamos dentro deste sistema selvagem tem seu lastro nesta história, considerando as produções de subjetividade proporcionadas em tempos que, por um lado, leva-nos cada vez mais a caminho do individualismo e da busca desenfreada pela produção, por posições de poder e pela popularidade nas mídias sociais. O objetivo é o lucro.

No entanto, o que gostaria de explicar aqui é que quem não corresponde às expectativas de uma sociedade que cobra produtividade constante fica para trás sob um véu de invisibilidade e rejeição. Aquilo que é indesejável deve ser escondido, por representar ameaça a uma “ordem natural” da vida em sociedade, bem como ao sistema econômico. Corresponde a um exemplo de conduta a não ser disseminado. Um exemplo atual é a demonstração de afeto entre mulheres e homens homossexuais em público ou a presença de pessoas trans e travestis na mídia, criminalizados/deslegitimados por discursos conservadores e de senso comum: “como vou explicar para meus filhos dois homens ou duas mulheres se beijando?”; “não quero que meu filho *vire* travesti”; “essa safadeza na televisão vai incitar que meus filhos sejam gays/lésbicas”, entre outros. Consoante a esses discursos foi o posicionamento do atual presidente do Brasil, o qual afirmou “*Não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater*” e que “não corre o risco” de ter um filho gay, pois “seus filhos tiveram uma boa educação”. Acrescentou que “*o filho começa a ficar meio assim, meio gayzinho... leva um coro, ele muda o comportamento dele*”, conforme matéria virtual de O Globo (2017). Alega, contraditoriamente, que seu “problema” não é com homossexuais, mas com a “ideologia de gênero”. A partir destas afirmações, que partem de um representante do Estado, da nação, a violência LGBTfóbica ganha uma legitimidade que permite que a população geral banalize e escrache esse tipo de discurso. Foi o caso de uma travesti esfaqueada, após ter sido agredida verbalmente por cinco bolsonaristas no Largo do Arouche, em São Paulo, em que os criminosos gritavam “Bolsonaro” e “ele sim” (JUSTIFICANDO, 2018), em referência ao, infelizmente, presidente e a suas ideologias de extermínio.

As democracias e as políticas de Estado, ao longo da História, distinguem as/os cidadãs/ãos através de fronteiras entre semelhantes e diferentes, afastando os não-semelhantes. E isso segue ainda hoje nas sociedades ocidentais; como diz Mbembe,

a época privilegia a separação, os movimentos de ódio, de hostilidade e, sobretudo, a luta contra o inimigo, e tudo isto é consequência daquilo a que, num vasto processo de inversão, as democracias liberais, já amplamente branqueadas pelas forças do capital, da tecnologia e do militarismo, aspiraram (MBEMBE, 2017).

Neste sentido, barreiras são criadas para afastar e isolar as ameaças que assolam tanto as ordens vigentes quanto as instituições que assumem o controle do Estado e o consolidam. Mbembe (2017) cita os *checkpoints*, as torres de vigia, as trincheiras e vedações, exemplificando com o caso da Palestina aglomerada e enclausurada em zonas sob o controle de Israel, assim como o *apartheid*. Segundo o autor camaronês, tanto o desejo pelo *apartheid* quanto pelo extermínio não eram novidades em relação ao colonialismo europeu à escala planetária: antes mesmo, as populações que ocupavam o que hoje o que conhecemos como Ásia e África sofreram inúmeras invasões, saques, violências, escravizações e repovoamentos de suas terras. No entanto, o repovoamento europeu nos séculos XVI ao XIX tomou proporções maiores, atuando como *um processo de excreção social (destinado aos emigrantes que deixam a Europa para fundar colônias no ultramar)* (MBEMBE, 2017), levando a novas escravidões, atrocidades e carnificinas nos continentes invadidos, verdadeiras “limpezas étnicas” e genocídios.

Outro exemplo que posso citar destas barreiras de isolamento é a moral cristã, estabelecida pelas igrejas cristãs, a qual reforça o carimbo de inimizade e estabelece uma lista extensa do que é ameaça a uma sociedade cisgênera, heterossexual, capitalista e cristã. Moral esta que força a ideia de inimizade, através dos campos social e político, ao apontar o outro nomeado enquanto inimigo como um “herege”, “servo do Diabo/Satanás”, entre outros títulos. Estes mesmos rótulos foram os mesmos que culminaram no assassinato de muitos cientistas e de muitas mulheres na Idade Média, acusadas/os por praticar bruxaria, considerada como “obra do Diabo”. Não por realmente acreditarem que trata-se de algo maligno, em sua maioria, mas para que a população acreditasse e se voltasse contra tudo aquilo que ameaçava o poder da pastoral cristã sem questionamentos. O medo do desconhecido era grande, porém maior ainda era o temor das punições divinas, caso fosse feito coro junto aos “hereges”.

É relevante notar que as religiões cristãs, através dos tempos, foram se reinventando e, portanto, adaptando seus mecanismos de manutenção da sua

influência na sociedade. Hoje, considerando especialmente o contexto brasileiro, forças de ideologia conservadora e fundamentalista religiosa ganharam força através de uma *ofensiva antigênero* com a finalidade de mobilização e intervenção política na esfera pública (JUNQUEIRA, 2018). Estes discursos de retórica reacionária, promovidos por diversos setores de extrema-direita e religioso de matriz cristã, promovem uma agenda política voltada para o combate de políticas que promovem direitos humanos. Não só: muitas vezes usando a própria retórica dos Direitos Humanos, como por exemplo, o interesse superior do bem estar da criança, para justificar suas ações de caráter discriminatório. Inclusive, são alvos as políticas públicas direcionadas a populações que vivem em situação de vulnerabilidade e que enfrentam as consequências das desigualdades sociais do país, fruto da colonização da América Latina e de violências estruturais que se perpetuam ainda hoje. Pessoas trans, travestis, negras e pertencentes a povos originários são atacadas constantemente, designadas como inimigas por estas forças reacionárias; inimigas de dogmas religiosos inquestionáveis, da “família tradicional brasileira”, do “cidadão de bem”, da moral e dos bons costumes, ativando, assim, um “pânico moral”, conforme cunhado por Junqueira (2018), alimentado pelos discursos fundamentalistas e conservadores.

Os movimentos da ofensiva de antigênero, por sua vez, designam como “*ideologia de gênero*” os estudos de gênero e sexualidade, bem como qualquer tipo de promoção de direitos que visa estes temas, consagrados como o grande mal do século, motivo de desvirtuação de condutas e inversão de valores morais. De acordo com Junqueira (2018), o pânico moral nutrido por estes discursos ferozes e inflamados,

por meio de estratégias político-discursivas voltadas a arrematar a sociedade em uma batalha em defesa da "família tradicional". Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita "primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos", da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais. (JUNQUEIRA, 2018).

Além dos discursos inflamados, uma das principais ferramentas desta ofensiva conservadora tem sido o uso indiscriminado de *fake news* (informações falsas, ou melhor dizendo, propaganda política/mentiras) através de perfis falsos em redes

sociais, *bots*, e grupos de conversa de WhatsApp. O uso da tecnologia para a disseminação de informações falsas e conteúdos distorcidos a respeito de pautas de Direitos Humanos alimenta uma retórica fundamentalista que reforça discursos versados em ódio contra populações definidas como inimigas. Essa retórica, somada a discursos conservadores consolidados como verdades absolutas e difundidas pelo senso comum, facilita a adesão dessas informações pela população de forma geral sem que exista questionamentos tanto dos discursos quanto da validade das fontes desses conteúdos.

Para compreender o que estou querendo dizer, precisamos retomar Michel Foucault e pensar o papel da família contemporânea como um facilitador fundamental para a ofensiva antigênero e suas sistemáticas conservadoras. Em *História da Sexualidade I*, Foucault (1988) aponta a família como um dos elementos táticos do poder mais preciosos para o dispositivo da sexualidade, devido à sua penetrabilidade ao defender uma sexualidade que reflete e difrata, especialmente na figura dos pais, dos cônjuges da família. Estes, então, tornam-se os principais agentes que se apoiam em médicos, pedagogos, psiquiatras, com o intuito de pôr sob tutela das ciências psi, as alianças e as sexualidades declaradas como anormais e desviadas.

Diferentemente do dispositivo da sexualidade, Foucault (1985) explica que o dispositivo da aliança busca manter a dominação da aristocracia e a relação de poder sustentada na lógica da teocracia (o sangue azul). A aliança se estrutura em torno de regras que prescrevem o que é permitido e proibido, enquanto que o dispositivo da sexualidade tem sua fundamentação de acordo com técnicas móveis, de formas variadas, e também nas conjunturas de domínio do poder. Uma não exclui a outra, nem mesmo a sexualidade a substituiu ou suprimiu, pois foi a partir do dispositivo de aliança que o da sexualidade se instalou.

Assim, a família não diz a respeito unicamente ao que concerne ao casamento, à procriação, aos filhos; não é apenas uma estrutura social, econômica e política da aliança (FOUCAULT, 1976), mas também ao que se refere ao dispositivo da sexualidade, garantindo a produção e a manutenção de uma sexualidade homogênea que visa inclusive preservar os sistemas patriarcais da aliança. A família, portanto, atua como um permutador da sexualidade com a aliança, transportando a lei e a dimensão jurídica da segunda para a primeira; e a economia do prazer e as intensidades das sensações para a aliança.

Os processos de patologização e de medicalização estão diretamente ligados à família. A medicalização consiste na transformação da família em agente de vigilância e de controle disciplinar internamente, no seio familiar, e externamente pelo controle médico. A vigilância por parte da família foca em comportamentos considerados incorretos e patogênicos da criança (GIAMI, 2005). Exemplo deste controle tanto interno quanto externo é o de crianças e adolescentes LGBTI que são encaminhados para profissionais da medicina, da psicologia e da psiquiatria para o diagnóstico da orientação sexual e/ou identidade de gênero como se fosse patológica para posterior tratamento com medicalização, psicoterapia de conversão e até mesmo internação psiquiátrica. Esses processos, vulgarmente conhecidos como "cura gay", contavam com algumas intervenções terapêuticas a que homens e mulheres homossexuais, por exemplo, foram submetidos a partir do século XIX, como castração, vasectomia, lobotomia, esterilização, intervenções químicas e psicológicas (RIBEIRO DE MACEDO & FEDERICO SÍVORI, 2018).

Spargo (2017), apoiada em Gayle Rubin, afirma que a sexualidade tem suas próprias políticas, desigualdades e modos de opressão, sendo suas formas institucionais fruto da própria ação humana; conseqüentemente, são permeadas por manobras políticas e conflitos de interesse, existindo períodos da história em que a sexualidade é contestada com maior veemência e politizada de modo mais evidente. Ao passo que a sexualidade é renegociada, há uma exploração das formas que compreendemos o que é o sexo (SPARGO, 2017).

Rubin (2003) relata que nos Estados Unidos e na Inglaterra, no final do século XIX, campanhas educacionais e políticas encorajavam a castidade, a criminalização da prostituição, além de ataques a uma literatura considerada obscena, a partir de cruzadas morais. Pinturas, música, aborto e até mesmo informações acerca do controle de natalidade passavam pelo crivo dessa cruzada. O reforço social e médico-legal dessa moral resultou em conseqüências que marcam os discursos acerca de práticas sexuais e médicas, na parentalidade e criação de crianças, bem como na conduta policial, segundo a autora. Um exemplo que Rubin cita é a patologização da masturbação, em que um interesse dito prematuro pelo sexo, por alívio sexual poderia ser entendido como prejudicial à saúde e ao desenvolvimento da criança, levando até mesmo à insanidade ou a um crescimento deficiente. Esses discursos acerca do sexo nas estruturas sociais e legais foram desenvolvidos para isolar jovens do conhecimento e de experiências sexuais.



A educação sexual é debatida no Brasil, no meio educacional, desde as primeiras décadas do século XX, seja através dos movimentos feministas, seja por uma política higienista (QUARTIERO, 2009) e conservadora. Para os higienistas, competia ao Estado o gerenciamento sobre a conservação da saúde pública e as regras de higiene. Em conferências, na época, Quartiero (2009) não havia consenso a quem competiria a educação sexual: se à família ou à escola, embora existisse o consenso da necessidade da educação sexual. Na década de 1930, temas de educação sexual foram disseminados nas escolas, mas com influências de correntes médicas, higienistas que priorizavam uma educação sexual voltada ao combate à masturbação, ao contágio de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), centrando no papel reprodutivo e na diferenciação biológica entre homens e mulheres. Diferentemente da época, a educação sexual, atualmente, é um tabu, pairando na rede discursiva pela ofensiva antigênero de que trata-se de ensinar crianças e jovens a fazer sexo, “práticas homossexuais”, tornar-se travesti ou ensinar “atos libidinosos” e o aborto, com o intuito de fortificar discursos “comunistas” e do “Satanás”. Este confuso grupo de ameaças constitui as palavras de ordem de setores fundamentalistas e de extrema-direita, os quais acreditam que a educação sexual deve partir das famílias, estas influenciadas pelos textos bíblicos e pelos pastores.

Publicados em 1997 pelo governo federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) agregam um conjunto de dez volumes que oferecem diretrizes básicas para o ensino de todas as disciplinas de ensino fundamental e médio no país (QUARTIERO, 2009). Os PCNs, de acordo com Quartiero (2009), consolidava um discurso oficial do Ministério da Educação com a afirmação de direitos e deveres de cidadania, ou seja, uma proposta que tinha como novidade temas relacionados à saúde, orientação sexual, gênero, ética, meio ambiente, diversidade cultural, entre outros temas que pactuam com a ética, a cidadania e os direitos humanos. Quartiero diz que a Educação Sexual nas escolas, um dos objetivos dos PCNs, propõe reflexões que transformam hierarquias sociais que são responsáveis por manter estigmas, desigualdades e violações de direitos humanos. Portanto, a partir deste estudo, compreendo que a educação sexual proposta nos PCNs é entendida como uma ameaça ao cisheteropatriarcado e à branquitude por questionar estruturas sociais que os sustentam.

A ideia da ofensiva dos movimentos antigênero é coibir discussões de gênero, sexualidade, violência de gênero, anticoncepcionais, prevenção em HIV/Aids e

Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez, bem como qualquer assunto tocante ao entendimento do próprio corpo. Através do termo "ideologia de gênero", empregado para desqualificar estudos e produções acadêmicas acerca de gênero e sexualidade, é comum ouvir que a escola tem o dever de ensinar conteúdo, que a educação precisa partir de casa, e que o professor não deve discutir gênero, política e religião em sala de aula, de acordo com pesquisa realizada por Pereira et al (2020). Ou seja, a ofensiva, além de criar pânico moral, utiliza de aparatos de vigília e coação tanto da escola quanto de professores, quando se trata de temáticas que são visadas pelo interesse político conversador e de extrema-direita, delimitando o que é assunto da escola e o que é da família. Pereira et al (2020), apoiando-se em Foucault, diz que esta narrativa se chama *interdição de discurso* e que, através da exclusão, indica que o movimento antigênero busca limitar as possibilidades de debater temas em sala de aula. Assim, questões morais, religiosas, ideológicas e valores ficariam restritas à família, enquanto que, à escola, compete as ciências, as letras e as artes, porém com limitações.

Não é por acaso que o discurso de preservação da família, de *salvação* dos lares e das crianças e do *cidadão de bem* é utilizado como manobra devido a interesses políticos por parte de fundamentalistas religiosos e pelas ideologias políticas de direita. O pânico moral que se criou, por exemplo, em relação ao projeto *Escola sem Homofobia*, em 2011, tachado pejorativamente como *kit gay* por conservadores, visava distorcer as propostas do projeto, as quais, na realidade, eram voltadas para o combate de violência contra a diversidade sexual e de gênero. Por motivo de pressão de setores conservadores e pelas crenças de senso comum que se criaram acerca do projeto sob os olhos da população, o projeto foi suspenso por ter sido categorizado como responsável por “estimular o *homossexualismo*<sup>9</sup> e a promiscuidade” entre crianças e jovens. Tática essa para barrar direitos e políticas públicas voltadas a populações vulnerabilizadas ou designadas minoritárias, como pessoas LGB, populações T, negras, quilombolas e povos originários, afirmando políticas de inimizade que definem esses grupos como ameaças e excedentes populacionais e os submetem a condições precárias de vida. Não só: gerenciam a

---

<sup>9</sup> Termo utilizado, ainda hoje, por segmentos conservadores e fundamentalistas religiosos para designar a homossexualidade como uma doença, um transtorno mental e desvio de conduta.

vida e os corpos destes grupos através de dispositivos de poder, ditando quem é que é gente e quem pode viver.

O website do jornal El País Brasil (2018) publicou uma matéria relatando que uma atriz travesti foi censurada no Festival de Inverno de Garanhuns por interpretar Jesus Cristo trans que recita um sermão sobre preceitos de amor, empatia e respeito ao próximo. A peça, que leva o nome de "O Evangelho Segundo Jesus Cristo, Rainha do Céu", estreou em 2016 e sofreu uma série de ataques e censuras onde foi encenada, chegando a ser cancelada em algumas cidades. Em outras, para ser exibida, foi necessária a presença de policiais na sala, devido a ameaças. A atriz revela que a transfobia foi o principal motivo e que, além disso, a obra foi suspensa por decisão judicial na cidade de Jundiaí com o argumento de que o trabalho ia de encontro à dignidade cristã ao apresentar Jesus Cristo como uma pessoa trans, "*expondo ao ridículo os símbolos como a cruz e a religiosidade que ela representa*", segundo informações que constam na reportagem. Evidentemente declarando que pessoas trans e travestis são ofensivas, profanas e "ridículas".

Renata Carvalho, a atriz que interpreta a protagonista, afirma para a imprensa que "*Jesus já foi representado como uma mulher negra, como uma criança, o problema ser representado por uma travesti. Pode ser tudo, menos LGBT, menos travesti. O corpo trans é visto como sujo, endemoniado, causa desconforto*". Este é apenas um de tantos exemplos de como as relações de inimizade com as populações de pessoas trans e travestis são estabelecidas em sociedade, por confrontarem com estruturas rígidas e conservadoras, representando, portanto, uma ameaça à moral, aos bons costumes, ao cristianismo e à família dita "brasileira" e "de bem". Ainda segundo a atriz, as tentativas de censura à peça fazem parte de um contexto muito maior de grupos políticos de direita e extrema-direita que radicalizaram posturas frente a expressões artísticas e intelectuais que entram em embate com a moral cristã e conservadora, citando os ataques à exposição Queermuseu e à filósofa Judith Butler, conhecida por ser especialista na temática de gênero (EL PAÍS, 2018).

A partir dessa discussão, percebe-se que a família ocupa um espaço importante nestas táticas de guerra antigênero, pois, conforme demarca Foucault na História da Sexualidade I (1988), o complexo familiar traz a demanda de resolver as interferências existentes entre os dispositivos da aliança e da sexualidade, recorrendo, portanto, a médicos, pedagogos, psiquiatras e líderes religiosos como padres e pastores, ditos "especialistas" para trazer soluções - correções - ao que se

é denominado como “errado”, “pecado”, ou “anomalia”; ou, através das palavras do próprio Foucault, a “aliança desviada” e a “sexualidade anormal” (FOUCAULT, 1976). Não é à toa que as transgeneridades, ainda hoje, na prática, sejam patologizadas e definidas como uma “incongruência de gênero”, como se houvesse algum tipo de desconformidade entre uma mente e um corpo designado como pertencente a um sexo “biológico”, construído pelos aparatos biomédicos e cristalizado até os dias atuais como uma verdade inquebrável sobre o que é ser homem e ser mulher.

A transfobia não é motivada somente por ação isolada de grupos ou pessoas transfóbicas, mas fundamentalmente porque as instituições são determinadas pela cisgeneridade que se utiliza de mecanismos institucionais para impor interesses políticos e econômicos. O Projeto de Lei n. 867/2015, denominado "Escola sem Partido", proposto pelo deputado federal Izalci Lucas do PSDB à Câmara Federal é um exemplo disso: propõe que as convicções familiares teriam precedência em relação à educação escolar ao se tratar de educação moral, sexual e religiosa e que tal projeto deveria ser incluso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Lionço (2018) relata que o mesmo autor do projeto apresentou nova proposição com argumentação de 14 páginas sobre os riscos da "ideologia de gênero" nas escolas. Izalci afirma que o conceito de "gênero" está sendo utilizado para promover uma revolução neomarxista com o objetivo de extinguir a instituição familiar; portanto, o sistema educacional estaria voltado ao objetivo de destruir a família enquanto instituição. Adeptos da ofensiva antigênero alegam que há a intenção, por parte dos movimentos feministas, de eliminar os direitos dos pais sobre a educação das crianças, bem como promover educação sexual, anticoncepcionais e abortos, além da equidade de gênero no campo político e do trabalho, o que seria "um grave risco civilizatório", desencadeando o fim do casamento, da família e da própria sociedade (LIONÇO, 2018). Traça-se um panorama caótico que utiliza da família e da infância para implementar o pânico moral na sociedade, reforçando também a necessidade de eliminar não só políticas consideradas “nefastas” e “comunistas”, mas também apontar quem é o inimigo a ser incriminado, punido e eliminado por ameaçar os interesses e as hierarquias sociais e políticas que a elite patriarcal, branca, cisgênera e heterossexual sustenta.

## 2.2 Identidade de gênero e cissexismo científico: os mitos da cisnormatividade

Você deve estar se perguntando o que as transgeneridades e as travestilidades têm a ver com tudo isso. Nós chegaremos lá. Neste momento, é fundamental retomarmos o ponto renascentista acerca da expansão da ciência e a correlação das ciências biomédicas com práticas coloniais.

Inicialmente, podemos traçar uma analogia da transfobia para com o racismo enquanto uma ideologia que molda o inconsciente. Silvio Almeida, ao escrever sobre o racismo estrutural (2018), diz que as pessoas racializadas são moldadas por condições estruturais e, portanto, institucionais, e que o racismo cria o conceito de raça e *racializa* os sujeitos. Sendo assim, Silvio acrescenta que os privilégios de ser *considerado branco não dependem do indivíduo socialmente branco reconhecer-se ou assumir-se como branco, e muito menos de sua disposição de obter a vantagem que lhe é atribuída por sua raça* (ALMEIDA, 2018). Neste sentido, o racismo constituiria um complexo imaginário social que é reforçado contínua e culturalmente. Ainda de acordo com Almeida, o racismo existe como ideologia que molda o inconsciente, ou seja, os a ação dos indivíduos, ainda que conscientes, *se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente* (ALMEIDA, 2018, p. 50). Para o autor, a vida cultural e política em que os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos conscientes e onde constroem seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridos neste imaginário e em práticas cotidianas, mesmo que não sejam conscientes, o que se entende por *imaginário social*. O racismo, neste sentido, não depende de uma ação consciente para existir; alegar que não se teve a intenção de ser racista não exime alguém de ter uma conduta racista. Da mesma forma, discursos transfóbicos não deixam de ser transfóbicos quando alguém afirma não ter a intenção ou desconhecer que se trata de transfobia. O cissexismo e a transfobia existem independentemente da consciência dos indivíduos acerca dos próprios atos.

Ao deparar-me com este pensamento, não pude deixar de relacioná-lo com a transfobia estrutural e institucional, também como uma ideologia que molda o imaginário social, bem como cria a categoria “identidade de gênero”. Assim como Almeida (2018) ratifica que os privilégios de ser considerado branco não dependem do indivíduo branco reconhecer-se como tal e muito menos das vantagens que obtém através da sua branquitude, os indivíduos cisgêneros partem da mesma prerrogativa: ainda que a categoria “identidade de gênero” tenha sido criada, especialmente para

designar pessoas T como “transgêneras” ou “transexuais”, pessoas cisgêneras não passam por essa categorização por não se reconhecerem enquanto cisgêneras; por não se perceberem como detentoras também de uma identidade de gênero, a qual lhes concede privilégios em sociedade por serem cisgêneras. Da mesma forma que uma pessoa branca não se reconhece enquanto branca, pois nunca precisou se perceber enquanto branca e racializada - visto que o sujeito branco é codificado como *normal e universal* -, os sujeitos cisgêneros compartilham do mesmo pensamento a respeito da própria cisgeneridade, especialmente por não precisarem se deparar com ou questionar a própria cisgeneridade.

Até então, você deve estar se questionando do motivo de eu traçar paralelos entre as relações raciais e de identidade de gênero. Ambas as categorias se constituem de forma bastante semelhante enquanto violências estruturais e, também, na consolidação de práticas racistas e cissexistas no imaginário social, convergindo e divergindo em diversos pontos. No entanto, quando falamos da interseccionalidade de marcadores sociais da diferença, as fronteiras entre essas categorias podem ser difusas em determinadas circunstâncias, especialmente se tratando de pessoas trans negras. Para ilustrar, pensaremos em uma situação de violação de direitos de uma mulher trans ou travesti negra que não corresponde aos padrões de fisionomia cisgênera e, ao ser agredida, não sabe dizer se foi por ser negra ou por ser trans ou travesti. Possivelmente, ambas as coisas; no entanto, dependendo da situação, torna-se difícil de compreender a forma como o/a agressor/a a percebeu, visto que tanto o fato de ser trans quanto o de ser negra diz a respeito de sua aparência, de traços físicos visíveis e marcados em sua pele, em seu corpo. Aproveito para dizer o quanto não suporto e não faço uso do termo “passabilidade”, ao me referir aos padrões fisionômicos cisgêneros, pois nós, pessoas trans, não estamos no corpo errado, não somos “armadilhas”, nem estamos querendo nos “passar” por homens ou mulheres cisgêneros. Pelo menos a parcela de nós que está bem resolvida emocionalmente com a própria corporalidade, mais livres das amarras que a cisnormatividade nos força na tentativa de nos patologizar, corrigir ou de nos dizer que precisamos corresponder a x, y, z critérios para sermos considerados/as homens ou mulheres - e, ainda assim, sem a legitimidade que uma pessoa cisgênera possui.

Quando digo que tanto a raça quanto a identidade de gênero foram constituídas de forma semelhante, afirmo que tanto uma quanto a outra configuram-se como categorias fictícias; ou seja, mitos, discursos com efeito de verdade. A raça,

um mito da branquitude; a identidade de gênero, um mito da cisgeneridade. Uma ficção política. Para ilustrar, Achille Mbembe (2014, p. 65) define tanto a raça quanto o racismo como uma parte de processos do inconsciente, que se relaciona com desejos, afetos, paixões e medos. A raça não possui uma essência, consistindo em práticas que a constituem como tal, ou seja, faz parte de um complexo de microdeterminações que partem de crenças e desejos a partir do olhar do outro. Tanto os afetos quanto as paixões e os medos são simbolizados *pela lembrança de um desejo originário em falta ou, ainda, por um trauma cujas causas muitas vezes nada têm a ver com a vítima de racismo* (MBEMBE, 2014, p. 65). Não só, a raça também não diz a respeito unicamente da percepção do outro, mas também acerca da forma com que se estabelece e se firma uma força, até mesmo instintiva. Mbembe revela a raça como uma estrutura imaginária que vai além da concretude da vida, perpassando os campos dos afetos, do sensível, este pelo qual se manifesta, sobretudo.

Além das aparências que são atribuídas à raça, o autor, ainda, diz que ela é constituída pelo ato de *atribuição* (MBEMBE, 2014, p. 66), que diz a respeito de como essas vidas declaradas como inferiores (*infravidas*) são produzidas no imaginário e no concreto, institucionalizadas através do abandono, da indiferença, da violação, da desumanização, de enclausuramento e da morte. E, justificadamente, através dos mecanismos do poder e do Estado, este que detém a garantia da sua função assassina via gerenciamento destas vidas através do racismo.

Em "A Crítica da Razão Negra", Mbembe (2014) traça raciocínios e debates sobre o que é esta razão negra e que ela parte de um conjunto de disputas da definição do *Negro* a partir da animalidade que lhe é atribuída, em que a pessoa negra (o Negro) *é um "homem" que nem é verdadeiramente um entre nós nem é como nós* (MBEMBE, 2014, p. 64), conforme atribuições designadas pelo racismo. Em sequência, considerando esse status de animal, há o desenvolvimento de tecnologias que podem ser tanto leis, regulamento quanto rituais como dispositivos que possuem a finalidade de inscrever estes sujeitos declarados como "animais" em um círculo de exploração, que seria o *cálculo*. Ao passo que exista a necessidade de medir e calcular o preço destes sujeitos, estes carecem de qualquer valor fundiário, apenas potencial.

Em entrevista publicada no site Geledés - Instituto da Mulher Negra<sup>10</sup>, Achille Mbembe repensa o conceito de "negro", trazendo a reflexão de um "homem-coisa", "homem-metal" e "homem que dá lucro"/"homem-mais valia" pelos processos de escravização e colonização europeia. O "negro", portanto, seria uma invenção capitalista em que a definição de humanidade não é mais do que a de uma coisa, uma mercadoria ou objeto e essa "razão negra" reflete um conjunto de discursos que afirmam como essas pessoas devem ser tratadas e governadas, assim como sob quais condições devem ser postas a trabalhar pela via da exploração.

Considerando as discussões de Mbembe apontadas acima, retoma-se o ponto das similaridades entre o conceito de raça e o de identidade de gênero. A raça, para Mbembe (2014, p. 71), seria tanto ideologia quanto tecnologia de governo, pois os processos de racialização objetivam marcar determinados grupos de populações e fixar limites nos quais podem circular, quais espaços ocupar e conduzir essa circulação de indivíduos em um sentido que os afaste e garanta uma certa "segurança geral". Ao fazer essa triagem populacional que marca os indivíduos e calcula-se o risco que estes representam, procura-se neutralizá-los, na maior parte das vezes, por paralisação, prisão ou deportação.

A raça, portanto, segundo Mbembe, funciona como um dispositivo de segurança fundado em um princípio de enraizamento biológico pela espécie, o que, ao meu ver, não difere tanto de como as populações de pessoas T são percebidas e tratadas em sociedade. Há a diferença que marca o corpo através de caracteres físicos, além da *racialização* por meio de constructos biológicos que reforçam essas diferenças e delimitam as fronteiras das hierarquias sociais entre brancos e negros e pessoas cis e pessoas T. A diferença, portanto, nesta lógica hierárquica, integra o poder através de saberes científicos, para argumentar a inferiorização de pessoas T e negras perante a branquitude e a cisgeneridade, reduzindo os indivíduos assujeitados a algo primitivo e "sem alma", "sem inteligência". Corpos que, para a cishnorma e para a branquitude, são passíveis de serem dominados e docilizados como feras através da colonialidade que busca gerenciar a vida desses grupos e os assujeitar. Não é à toa que ambas as populações (trans e negras) enfrentam hoje o genocídio; a pobreza; a hipersexualização de seus corpos; a objetificação; o desemprego, além de serem relegadas à categoria de inimigas do Estado, como se

---

<sup>10</sup> <https://www.geledes.org.br/achille-mbembe-as-sociedades-contemporaneas-sonham-com-o-apartheid/>



fossem uma ameaça à segurança nacional. Por isso, é comum encontrar na mídia notícias de pessoas T e negras na seção policial de jornais e noticiários, estereotipadas como delinquentes e perigosas, quando não são noticiadas como assassinadas. Neste último caso, a revolta não é pelo fato de terem sido mortas, mas porque acredita-se que deveriam morrer, pois supostamente devem ter feito algo para merecer, argumento este injustificável e mero bode expiatório.

Juliana, travesti, profissional do sexo, por exemplo, relata que foi contratada por um homem cis através de um site de encontros, para fazer um programa sexual no valor de R\$100,00, pagos antecipadamente. Ao chegar no local combinado com o cliente, Juliana foi surpreendida com dois exames (um de HIV e outro de sífilis) do cliente, pedindo que tivessem relação sexual sem preservativo, mediante o pagamento de mais mil reais. Juliana aceitou. No final do programa, o homem só tinha R\$44,00, alegando não ter o valor contratado, e ofereceu uma caixa de som para somar ao valor. Juliana, de acordo com sua declaração, tentou ir embora, mas foi impedida. Em seguida, entraram em luta corporal e o homem tentou a agredir com uma faca. De acordo com a reportagem (ZE DUDU, 2021), o cliente alegou que Juliana tentou levar a caixa de som sem sua permissão e que ela quem teria tentado atacá-lo com uma faca. Três pontos a serem observados na reportagem são: 1. Juliana, inicialmente, teve sua identidade desrespeitada, visto que seu nome civil (não retificado) foi escrachado na reportagem; 2. o tom de escárnio na matéria, como se relacionar-se com uma travesti fosse algo vergonhoso e digno de um tipo de recreação transfóbica, 3. o fato de Juliana ter sido roubada por seu cliente que não pagou o valor combinado pelo seu serviço sequer recebeu a atenção necessária.

Retomando a questão do assujeitamento de pessoas trans, vale apontar que muitas pessoas cisgêneras recusam o “rótulo” de *cis* e o alegam reducionista - embora a mesma lógica, curiosamente, não se aplique ao “trans”, ao se referirem a pessoas T. Entretanto, pessoas trans precisam ser designadas como *trans*, parte de um processo de diferenciação desses grupos da parcela da sociedade para separar o “normal” do “patológico”, o que revela, neste discurso, o fator da legitimidade acerca do gênero de pessoas cisgêneras em detrimento de pessoas T, em uma lógica que separa o universal, que seria a cisgeneridade, do particular, que seria a transgeneridade. Enquanto pessoas cisgêneras possuem um sexo/gênero legítimo, pessoas T “pensam”, “sentem” ou se “afirmam” enquanto homens ou mulheres perante a sociedade, como se tratasse de um elemento unicamente psíquico e

desviante do que a natureza propôs. Este é um ponto crucial para compreender tanto os processos coloniais de pessoas T por pessoas cis, quanto o histórico de patologização e seus reflexos, seja na vida individual de pessoas T com suas interseccionalidades, seja nas políticas públicas, seja nas políticas de inimizade através da ofensiva antigênero e das necropolíticas. As lógicas coloniais, a partir da hierarquia existente entre pessoas cis e pessoas trans, em que estas últimas são inferiorizadas, são voltadas para o gerenciamento dessas populações a partir das relações sociais estabelecidas, pelas instituições e por mecanismos estatais. O Estado legitima estigmas, estereótipos e a relação de inimizade para com pessoas T. Na tentativa de neutralização do que é visto como ameaçador ao cisheteropatriarcado, a colonialidade promove o assujeitamento de pessoas T e a gestão dessas vidas ocorrem não só nas violências físicas, morais, psicológicas, mas também no campo das disputas políticas.

Além da colonialidade, podemos pensar inclusive na colonização desses corpos, ao comparar com os processos históricos de invasão do continente americano: de forma semelhante, pessoas T têm seus corpos invadidos por discursos biomédicos patologizantes; pela violência nas ruas, na família, nas instituições, pelas igrejas cristãs e pelo Estado. São corpos invadidos como se fossem bens públicos, em que a cisgeneridade acredita deter uma legitimidade e superioridade sobre esses corpos e que é capaz de legislar sobre eles: legislar sobre os direitos de pessoas T; sobre seus corpos; sobre seu gênero/ sobre como devem se portar; sobre a quem devem servir; ou seja, sobre a vida e a morte. Neste sentido, retomando o que Silvio Almeida (2018) fala sobre *ideologia*, podemos compreender que ela não é apenas o produto do imaginário, mas também de uma *prática*. Ao imputar compulsoriamente a cisgeneridade como o ideal de corpo e de vida e voltar-se para pessoas trans e travestis no sentido de adequá-las à cisnorma, a partir de lógicas de “correção”, o Estado oficializa um tipo de tutela dessas pessoas às instituições de saúde, especialmente às categorias biomédicas e psi (psicologia e psiquiatria). Portanto, essas tentativas de apagamento das transgeneridades, decorrentes da patologização e das práticas de correção com a finalidade de aproximar essas pessoas aos padrões da cisnorma, também são uma forma de neutralizar populações definidas enquanto inimigas.

Ainda assim, essas pessoas não são de fato entendidas enquanto homens ou mulheres da mesma forma que uma pessoa cisgênera é compreendida pela

sociedade. Pessoas trans e travestis são levadas a acreditar que devem parecer como homens ou mulheres cis para serem reconhecidas/os pelo seu gênero, o que é ilusório. Corpos trans geram incômodos à cisgeneridade, portanto também há uma tentativa de minimizar o desconforto da presença dessas populações em sociedade. A colonialidade faz com que pessoas T tenham vergonha de ser quem são e não possuam um entendimento de sua própria transgeneridade, visando um modelo cisgênero de corpo e de vida que lhes é e será negado, independente das modificações corporais que optarem. Dessa forma, é comum pessoas trans e travestis visarem uma suposta “passabilidade cis”, no sentido de que estão próximas de um padrão corporal de homem ou mulher cis, como se este fosse o objetivo final de modelo de corpo e de vida, associando diretamente gênero a características físicas, biológicas e comportamentais, o que pode gerar frustrações ao não alcançar esses padrões, ou até mesmo ao perceber que não se deixará de ser trans, mesmo com uma série de intervenções corporais, quando é o caso. Conforme tenho observado tanto nos movimentos sociais em que participei, na convivência com as comunidades de pessoas trans e através de minhas experiências enquanto homem trans, essas frustrações decorrentes da colonialidade via cisnormatividade tendem a gerar um quadro de vulnerabilidade emocional que pode levar à morte. Julgo relevante apontar que essa não é uma discussão se pessoas trans ou travestis devem ou não realizar modificações corporais, pois tratam-se de necessidades e decisões de cada pessoa. Cada pessoa vivencia sua transgeneridade a seu modo. O objetivo é refletir sobre as lógicas de modificações corporais imputadas pelas instituições biomédicas e psis com o intuito de “corrigir” pessoas T, unicamente, além de debater a cisnormatividade compulsória. Uma breve observação: utilizo a expressão “modificações corporais” com o intuito de romper com a associação biologicista de gênero/sexo a características físicas e biológicas, visto que esse tipo de associação reforça discursos cisnormativos que legitima somente a existência de corpos cisgêneros como corpos possíveis.

A colonialidade faz com que pessoas trans entendam-se enquanto indesejáveis e com necessidade de serem corrigidas ou neutralizadas (vide ideia de estar no “corpo errado”), da mesma forma que a cisgeneridade as percebe. Estes são, portanto, mais um mecanismo do Estado ao estabelecer as políticas de inimizade com essas populações, bem como as necropolíticas, que visam o extermínio de pessoas trans e travestis. O apagamento das transgeneridades enquanto um modo de ser e

de estar no mundo é uma forma de dizer que estas não existem ou não podem existir perante um modo único, natural e saudável de ser (cisgênero, no caso). E pessoas trans e travestis, infelizmente, compram esses discursos, considerando que estão inseridas em uma sociedade estruturalmente transfóbica, o que resulta em adoecimento.

Embora as transgeneridades sejam apagadas e deslegitimadas, elas são apontadas enquanto uma diferença. Vamos pensar: quando se fala em *identidade de gênero*, geralmente, o que vem em seu pensamento? Quando há eventos, palestras ou seminários sobre identidade de gênero, você consegue imaginar o assunto a ser abordado? Você certamente responderá que a temática referida é sobre pessoas trans. Mas eu gostaria de questionar: e por que não sobre cisgeneridade? Por que não questionar a cisgeneridade, como esta também é igualmente construída?

Agora, trazendo novamente Silvio Almeida para a discussão, ele diz que pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais (ALMEIDA, 2018). Neste sentido, o racismo cria a raça e os sujeitos racializados. Os privilégios provenientes da branquitude não dependem do indivíduo socialmente branco assumir-se ou reconhecer-se como branco. O racismo, portanto, é fundamentado em um complexo imaginário reforçado por meios de comunicação, pela cultura e pelo sistema educacional, conforme Almeida (2018). A partir deste diálogo, traço uma analogia com a transfobia estrutural - consequentemente, institucional - e com a criação da categoria "*identidade de gênero*". A transfobia também constitui todo um complexo do imaginário social que, a todo momento, é reforçado culturalmente.

E este imaginário, ainda de acordo com Silvio Almeida (2018), não é apenas ideologia, mas principalmente a prática. Como exemplo, o autor vale-se das telenovelas brasileiras em que mulheres negras são representadas somente como empregadas domésticas e que homens negros são retratados como criminosos e ingênuos, em contraponto a homens brancos, representados como líderes natos, de personalidade complexa e racionais. Na mesma esteira, as instituições reforçam esses estereótipos, tornando-os corriqueiros e de senso comum. Quando questiona-se a realidade que confirmaria essas representações, Silvio diz que, sim, as mulheres negras são, em sua maioria, empregadas domésticas e que a maioria das pessoas encarceradas são negras, assim como o poderio das máquinas estatais e das grandes empresas estão nas mãos de homens brancos. Entretanto, a visão que

temos da sociedade não é um reflexo da realidade social, *mas uma representação da relação que temos com estas relações concretas* (ALMEIDA, 2018). É a partir desta relação e da construção dos espaços que são delegados a pessoas brancas e a pessoas negras que construímos essas representações. Penso, portanto, que estas representações estão diretamente correlacionadas com as políticas de inimizade e com as relações coloniais de pessoas brancas para com pessoas negras, denunciadas pelas obras de Achille Mbembe.

Considerando que todo discurso é ancorado em práticas, na concretude da realidade social, este imaginário funciona como uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que as representações ideológicas elaboram práticas racistas, estes mesmos discursos fortificam o imaginário, ou seja, a existência da própria ideologia, cristalizando-a como uma verdade dura e impenetrável, tornando-se habitual na estrutura societal. Para Almeida, *o significado destas práticas é dado pela ideologia* (ALMEIDA, 2018. p. 52). Portanto, a vida social é gerenciada pelo imaginário racista, perpetuado pelas instituições. Estes significados construídos no imaginário social levam-nos a refletir, então, que as pessoas tornam-se negras ou brancas a partir do instante em que o corpo e a própria subjetividade se conecta com uma rede de sentidos, de signos que são compartilhados pela via coletiva histórica e culturalmente. O autor, ainda, afirma que é por este motivo que pessoas negras, inseridas nessa estrutura racista, podem acabar reproduzindo discursos deste tipo, em seus comportamentos individuais, ainda que sejam vítimas destas mesmas violências.

Submetidos a estruturas racistas, perpetuadas pelas instituições, pessoas negras internalizam *a ideia de uma sociedade dividida entre negros e brancos, em que brancos mandam e negros obedecem* (ALMEIDA, 2018). E não só: internalizam, também, estes signos construídos acerca do que é ser negro ou negra em sociedade, estabelecidos pela branquitude e pelas relações coloniais. O Apartheid na África do Sul, oficializado em 1984, bem como a segregação racial nos Estados Unidos, no século XX, são dois de tantos exemplos disto, compreendendo que o racismo, a construção do que é ser branco e do que é ser negro são muito anteriores a estes eventos.

Tomo este raciocínio de Almeida para fazer uma analogia à representação de pessoas T na sociedade, bem como a construção dos signos do que é ser cis e trans; do que é ser homem e do que é ser mulher. O sujeito cisgênero, estabelecido como “universal”, “natural”, “biológico” e “normal” pelas ciências biomédicas e psi - e

cristalizado nas estruturas como uma verdade inviolável -, ao se depararem com sujeitos trans, confrontam-se com essas verdades e com suas próprias crenças acerca do gênero/sexo e da sexualidade. E isso, para a cisgeneridade, é o que há de ameaçador, por romper com raízes tão profundas, quase divinas, através de um Deus que fez o homem e a mulher dentro de um delimitado - e limitado - molde. Ser trans é ser herege. Uma blasfêmia ao sagrado. Da mesma forma que pessoas negras tornam-se negras, pessoas trans também tornam-se trans, a partir de significados construídos no imaginário social e perpetuados por práticas cissexistas. Além de setores sociais conservadores fazerem uso da Bíblia para justificar esta “heresia” que viola as leis divinas, a cisgeneridade vale-se de uma suposta “Ciência” que delimita verdades biológicas acerca do corpo.

Gostaria de introduzir aqui, portanto, o que quero chamar de **cissexismo científico**, respaldado por epistemologias, teorias científicas e vertentes filosóficas que estabelecem uma relação direta entre o sexo/gênero e a biologia. Em sua infância, na mais tenra idade, ou até mesmo na escola, você deve ter tido contato com estas epistemologias. O cissexismo científico, através de um *fazer ciência* ocidental dito “neutro”, é um dos principais elementos da colonialidade proposta pelo dispositivo da cisonormatividade, visto que estabelece hierarquias de legitimidade e normalidade entre pessoas cisgêneras e pessoas trans, bem como de superioridade e inferioridade. Através de epistemologias deterministas do conceito de sexo, cria-se essa legitimidade biológica do que é ser homem e do que é ser mulher, respaldadas não só pelas ciências biomédicas e psi, mas também por vias jurídicas. Neste último caso, por exemplo, até o ano de 2019, pessoas trans necessitavam recorrer a processos judiciais para retificar nome e sexo na certidão de nascimento, com a finalidade de obter o direito à sua identidade e à cidadania de fato (legalmente, embora não as tornasse isentas de sofrerem transfobia cotidianamente). No entanto, este processo não era tão simples assim: fazia-se necessário enfrentar alguns anos de psicoterapia para comprovar a um profissional psi cisgênero que você é o homem ou a mulher que você afirma ser, para então receber um laudo com o diagnóstico de transtornado mental/disfórico de gênero e, portanto, a retificação de registro ser um dos passos para o “tratamento”/normalização do sujeito dentro das matrizes cisonormativas sociais, ainda que parcialmente, visto que, aos olhos da cisgeneridade, *você nunca será homem/mulher de verdade*, como muitas/os de nós, pessoas trans, costumamos ouvir. A cisgeneridade gerenciando, colonialmente, quem é homem e

quem é mulher. Todo o processo, praticamente uma via sacra, gerava exaustão, sofrimento e humilhações constantes a pessoas trans e travestis.

Além disso, muitos/as juízes/as exigiam uma série de comprovações de que você “vivia como homem/mulher” em sociedade, solicitando declarações de amigos, colegas de trabalho/universidade, familiares de que você realmente diz quem ser, além de exigir cirurgias de redesignação genital, atrelando *ter vagina* e *ter pênis* a ser mulher e homem, respectivamente, impreterivelmente. Era comum, portanto, que muitas pessoas trans só conseguissem retificar o nome em suas documentações e não o sexo, devido ao impasse da obrigação de realizar a cirurgia, que não condiz com a realidade das necessidades e interesses de muitas pessoas trans e travestis. Como já afirmamos, nem todas as pessoas trans e travestis possuem interesse em realizar a tal da cirurgia de redesignação genital, nem mesmo outros procedimentos cirúrgicos ou de cunho de intervenção corporal. A obsessão por esse tema por pessoas cisgêneras, partindo do senso comum do que é uma pessoa trans, já me arranca bastante ranço por possuir um histórico patologizante intencional de colocar pessoas trans em processos de normalização que correspondem ao ideal da cisgeneridade, visando um tipo de “correção física/genital” de pessoas T. Ao se falar em transgeneridades, as pessoas tendem a relacionar essas populações com modificações corporais, especialmente a cirurgia de redesignação genital. Cada pessoa trans, assim como pessoas cis, detém suas singularidades, interesses e necessidades diferentes, que não conferem obrigatoriamente com os interesses sociais e políticos da cisnormatividade compulsória.

Em Almeida (2018), ideologias são ancoradas em práticas, na concretude da realidade social. As representações ideológicas elaboram práticas racistas, fortificadas no imaginário social. Retomo este ponto para apontar que o determinismo biológico, assim como os signos atribuídos a pessoas trans e travestis em sociedade, possuem suas ideologias também respaldadas em práticas que reforçam estereótipos.

Conforme discutido anteriormente, ao debatermos as origens colonialistas e as políticas de inimizade, a ciência ocidental, branca e eurocêntrica - bem como cissexista - possui cartão verde para produzir discursos com efeito de verdade, partindo de uma racionalidade, em que a educação nas instituições de ensino podem adensar o cissexismo científico e a transfobia na sociedade, fazendo uma analogia de como o racismo é aprofundado por esta mesma via, de acordo com Almeida

(2018), ao discutir o racismo estrutural. Nesta mesma esteira do autor, na produção do imaginário social, não só são importantes as narrativas da cultura popular que são produzidas, mas também as teorias científicas e filosóficas.

O cis torna-se cis defronte ao ser trans e vice-versa, a partir de uma diferença estabelecida por ideologias cisnormativas e práticas sólidas na realidade social. Entretanto, sabemos que pessoas cisgêneras, em sua maioria, não se reconhecem enquanto cis, pois, em sua perspectiva, não há sentido, nem necessidade. Valem-se do determinismo biológico cristalizado pelas ciências biomédicas e psi do que é ser homem/mulher e, com a internalização desta ideologia, em momento algum precisaram questionar a sua própria cisgeneridade, menos ainda se denominarem como tal. O “diferente” é apontado, marcado. O sujeito universal - cisgênero e branco - não, pois no imaginário social se tem definido que o cis é o natural e legítimo, enquanto que pessoas trans não são “homens/mulheres de verdade”, como qualquer pessoa trans já ouviu falar em algum momento de sua trajetória, bem como é perpetuado culturalmente, inclusive massificado pelas mídias através de estereotipização e chacota em novelas televisivas, ou programas de humor, por exemplo.

Rodovalho (2017) aponta que o termo "cis" surge setenta anos após o "trans" ser cunhado na década de 1920. Não só pelos registros escassos da existência de pessoas que não correspondem aos moldes biomédicos genitalizantes, mas especialmente pela sociedade não reconhecer o próprio cissexismo, de tão naturalizado e difundido em suas estruturas. De acordo com a autora, não haveria a possibilidade, na época, de pensar na existência de pessoas trans. Neste ponto, costumo ouvir muito, partindo tanto da minha experiência individual como pessoa trans, quanto como pesquisador e psicólogo, que as transgeneridades são "recentes", especialmente ao que concerne às transmasculinidades e que não deveria haver uma “cobrança” de entendimento sobre esta temática. Ora, se as informações são escassas e não há visibilidade, seja lá em qual setor da sociedade estivermos falando, não deveríamos passar a discutir e difundir as discussões acerca da cisnormatividade e do cissexismo? Ao mesmo passo, percebo que os anos se passam, décadas viram e seguimos levantando essas pautas, pesquisando, mas continuamos ouvindo que é tudo muito novo, como se pessoas trans tivessem surgido a partir do ano 2000.

Esse tipo de pensamento parte de dificuldades de base dos próprios movimentos sociais de discutirem a cisnormatividade, e também da academia de



revisitar suas epistemologias. Da mesma forma, a ciência ainda é para poucos e os discursos acadêmicos ainda não alcançaram a população de uma forma geral. Muitas vezes, sequer consegue sair do próprio campus universitário.

Há desinteresse tanto do campo social quanto do Estado em quebrar com discursos cissexistas, visto que criaram raízes tão fortes como o racismo e fazem com que os sujeitos tenham que se defrontar com suas próprias verdades; reconhecer-se e assumir-se enquanto uma pessoa cisgênera. É comum pessoas cis rejeitarem este rótulo por compreendê-lo reducionista e ofensivo, porém jamais fizeram o exercício contrário de entender o marcador “trans” e como este vem carregado de sentidos atribuídos tanto pelo social quanto pelo *científico*, e o quanto esta categorização, ainda hoje, produz sentidos e até mesmo políticas públicas. E mais: este mesmo marcador estabelece diferenças, define espaços na sociedade, direitos, quem tem acesso à educação, saúde, segurança, a uma moradia, a emprego, à afetividade, ao amor e a quem merece viver ou morrer. Define quem é cidadão.

Essa determinação é conectada ao direcionamento dos interesses do Estado e da sociedade. Os grupos determinados como ameaças às estruturas sociais, ao enfrentarem o assujeitamento social, ao mesmo tempo, são temidos pela afronta que representam ao poder estabelecido de uma elite cisheteronormativa, branca, cristã e patriarcal, que se traduz em perseguição e em crimes hediondos. Exemplo disso é o caso de uma mulher trans de 31 anos de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, que foi agredida por um cliente cis enquanto fazia programa, em 2020. A mulher sofreu lesões no pescoço, visto que houve tentativa de enforcamento durante o ato sexual. No primeiro momento, foi enforcada até desmaiar. Quando recobrou a consciência, o homem tentou enforcá-la novamente. A vítima relata que pediu para que criminoso parasse com a agressão, mas ele continuou. Quando conseguiu desvencilhar-se dele e sair do carro em que faziam o programa, fugiu, mas antes ouviu do agressor que ele pretendia fazer o mesmo com outras meninas trans e travestis na região (MIDIAMAX, 2020). A caça às bruxas não terminou, mas adaptou-se ao tempo e à cultura e, hoje, se apresenta através de outros mecanismos legitimados tanto pela sociedade quanto pelo Estado.

## CAPÍTULO 3 - LUTO EM LUTA

*Fumaça no ar, cápsulas no chão  
Cães fitam, mães gritam, não (meu filho, não!)  
É o corpo na vala, a bala vem de quem te deve proteção  
Fria, e a corregedoria lava as mãos  
Corta, close no arregaço*

*Uma cadeira vazia, família faltando um pedaço  
Dói no estômago, tipo azia  
No âmago o espaço daquela piada que ele sempre fazia  
Esses meninos são sangue, medo e pele  
Onde viaturas são abre alas do IML  
É, eu nem choro mais, pois bem  
Não sei dizer se eu fiquei mais forte ou se eu morri também*

(Canção para meus amigos mortos - Emicida  
Álbum: Doozicabraba e a Revolução Silenciosa)

### 3.1 A caça às bruxas segue em nova roupagem

Para iniciar a discussão da relação do Estado com os assassinatos de pessoas T e as necropolíticas, julgo necessário retomar as discussões de Achille Mbembe acerca das políticas de inimizade, ao que diz respeito de suas afirmações sobre o Estado securitário e o Estado de Insegurança. O primeiro se alimenta do segundo e o fomenta. O Estado securitário trata-se de uma estrutura que investe, organiza e muda os instintos que constituem a vida humana contemporânea (MBEMBE, 2017). Enquanto isso, o Estado de insegurança é a paixão, o afeto, uma condição ou uma força de desejo, fazendo com que o Estado securitário funcione. Segundo Mbembe (2017), os movimentos de ódio e relações de inimizade do final do século XX contribuíram para o surgimento tanto do Estado securitário e de vigilância, através do aumento de formas e de graus de aceitação da violência contra grupos definidos como inimigos, intrusos, inferiores ou fracos, promovendo *profundas mudanças nos regimes contemporâneos de desejo e de afectos colectivos* (MBEMBE, 2017, p. 89).

Este Estado securitário não está preocupado em pôr fim às hostilidades aos grupos considerados inimigos, nem mesmo na distribuição de empregos, mas dispor da vida dos sujeitos que considera seus cidadãos e, também, dos inimigos declarados, através da força. Esta dinâmica pressupõe, afirma Mbembe, uma constante guerra que exige esforços extra-militares e recursos físicos para responder a ameaças internas. Um exemplo disso no país é a incessante guerra contra o tráfico nas favelas brasileiras, voltadas para dizimar a população negra que, ainda hoje, é demarcada como inimiga do Estado, associando-a ao imaginário social de estigmas racistas construídos ao longo da história do país.

Em *Crítica da Razão Negra* (MBEMBE, 2014), ao se referir ao Estado securitário, afirma que com a crescente força deste modelo foi necessário reconfigurá-lo ao mundo e às novas tecnologias. Ao se deparar com as transformações em economias de violência no mundo, há um novo tipo de guerra de caráter vertical permanente contra inimigos fugidios, móveis e reticulares; ou seja, exige que o controle aconteça através da imposição de dispositivos panópticos fechados, preferencialmente à distância. O risco de morte é recíproco, estabelecendo um paradigma de combate entre *presa e predador em um campo de batalha. O predador, portanto, dispõe do controle de espaços aéreos e serve-se dele para determinar, de acordo com sua vontade, os alvos, o lugar, a duração e a natureza dos ataques* (MBEMBE, 2014). Esse mecanismo de guerra à distância exige uma equidade, conforme Mbembe, entre as esferas civis, militares, policiais e, também, de um mundo de informação. Este último refere-se tem como objeto o cotidiano, a vida, o mundo das relações, da comunicação via tecnologia eletrônica - acrescento aqui a digital - e das transações. Para Achille, a interligação entre os dispositivos de mercado e de Estado facilitam a transformação do Estado liberal em uma potência de guerra, em que o capital recorre a subsídios raciais para pôr em prática esta batalha.

Assim, através das tecnologias digitais, o cidadão é redefinido como sujeito e beneficiário dessa vigilância, via administração e arquivagem da unicidade dos sujeitos, recolhendo informações tanto biológicas, quanto fisionômicas, como digitais, íris, voz e características do rosto. Mbembe estabelece longas discussões acerca dos sistemas de identificação dos sujeitos, vigilância e repressão destes, que é o caso, por exemplo, em que 83% dos homens presos injustamente por reconhecimento fotográfico no Brasil são negros, jovens e pobres (GELEDES, 2021). É importante compreender desta discussão que estas informações permitem ao Estado conceber

a identidade e o movimento de seus cidadãos. Um exemplo disso é o controle das migrações, estabelecendo conexões entre as fisionomias dos sujeitos à cultura, à religião, ao idioma e, possivelmente, traços genéticos. Há processos de diferenciação, classificação e hierarquização de sujeitos com a finalidade de exclusão e eliminação dos grupos designados como inimigos e indesejáveis.

### **3.2 Homicídio de Estado**

Com a finalidade de demonstrar esse argumento a partir de uma pesquisa qualitativa, pesquisou-se em sites de busca por reportagens de pessoas trans e travestis assassinadas e *suicidadas* em websites de jornais, noticiários locais e revistas, a partir das palavras-chaves referentes ao tema: mulher trans; travesti; homem trans; travesti assassinada; homem trans suicídio; trans suicídio, e variantes. Como ferramenta teórico-metodológica, primou-se pela interseccionalidade de marcadores sociais da diferença, especialmente de gênero, raça e classe para analisar o material encontrado. Além disso, a constituição do corpus de pesquisa não buscou uma representatividade do tipo estatística, mas sim pensar os processos que produziram os homicídios e os suicídios.

As palavras que mais se repetiram nas reportagens foram relacionadas a violências, como “agredida”, “suicídio”, “assassinada”, “delegacia” além de frases que negam o gênero das vítimas, sendo estas revitimizadas através de conteúdos midiáticos. A maior parte das vítimas é negra e pobre. Mulheres trans e travestis aparecem como as mais assassinadas pela via do homicídio, enquanto que homens trans e pessoas transmasculinas possuem maior registro como *suicidados*.

Pesquisando em canais de busca na Internet, encontrei uma quantidade incontável de reportagens acerca de pessoas trans e travestis violentadas, o que me obrigou a selecionar um número bastante limitado e reduzido delas e que seria possível de eu analisar dentro do prazo previsto para a realização do trabalho de campo e análise do material. Portanto, 38 reportagens foram pré-selecionadas para análise, sendo estes casos os que mais chamaram a minha atenção e que pude contar com mais informações sobre as violências para refletir a análise. Boa parte das reportagens continham informações bastante objetivas sobre os assassinatos, como nome da vítima, nome do agressor, onde ocorreu, quando e detalhes da polícia local, apenas, o que não providenciaria material suficiente para as análises pretendidas

neste trabalho. Por isso, das 38 reportagens selecionadas, 19 delas foram utilizadas para a discussão deste trabalho. Algumas dessas reportagens foram acrescentadas ao trabalho após o trabalho de campo, visto que surgiram em minhas redes sociais durante a análise do corpus de pesquisa e compreendi que seriam interessantes para as discussões. Os critérios de seleção do conteúdo a ser utilizado foram: reportagens com informações mais detalhadas dos crimes, para que eu pudesse desenvolver com precisão as reflexões; casos de pessoas trans e travestis que, preferencialmente, contassem com a interseccionalidade de marcadores de gênero, raça e classe; depoimentos de familiares e outras redes afetivas de pessoas T que foram assassinadas, bem como matérias com relatos e reflexões de pessoas T acerca de empregabilidade, relacionamentos, entre outras dificuldades que pessoas T vivenciam cotidianamente. Acrescentei reportagens referentes a discursos de ódio por parte do governo atual e de seguimentos da sociedade que compactuam com os movimentos de ofensiva antigênero para articular as discussões das reportagens sobre os assassinatos de pessoas trans e travestis. Poucas reportagens acerca de homens trans e pessoas transmasculinas suicidados foram encontrados com detalhamento dos acontecimentos, o que indica a invisibilidade dos casos tanto por parte do Estado quanto por parte dos movimentos sociais que organizam dossiês e mapeamentos. Além disso, é comum que homens trans e pessoas transmasculinas tenham seu gênero deslegitimado quando suas mortes são registradas.

Segue quadro com a listagem das reportagens utilizadas:

Canal/website	Título da reportagem	Link
ACIDADEON	Homem que matou e arrancou coração de travesti é absolvido	<a href="https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/policia/NOT,0,0,1458570,homem+que+matou+e+arrancou+co+racao+de+travesti+e+absolvido.aspx">https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/policia/NOT,0,0,1458570,homem+que+matou+e+arrancou+co+racao+de+travesti+e+absolvido.aspx</a>
BRASIL DE FATO	Morre mulher trans que teve 40% do corpo queimado por adolescente em Recife	<a href="https://www.brasildefato.com.br/2021/07/09/morre-mulher-trans-que-teve-40-do-corpo-queimado-por-adolescente-em-recife">https://www.brasildefato.com.br/2021/07/09/morre-mulher-trans-que-teve-40-do-corpo-queimado-por-adolescente-em-recife</a>

CARTA CAPITAL	Questão de gosto: o racismo, a homofobia e a gordofobia nos aplicativos de relacionamento	<a href="https://www.cartacapital.com.br/blogs/saudelgbt/questao-de-gosto-o-racismo-a-homofobia-e-a-gordofobia-nos-aplicativos-de-relacionamento">https://www.cartacapital.com.br/blogs/saudelgbt/questao-de-gosto-o-racismo-a-homofobia-e-a-gordofobia-nos-aplicativos-de-relacionamento</a>
EL PAÍS Brasil	Jesus pode ser tudo, menos travesti	<a href="https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/cultura/1532371217_501094.html">https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/cultura/1532371217_501094.html</a>
Facebook	Suicídio da Fernanda de Maracanaú/CE	<a href="https://www.facebook.com/901634746669705/photos/a.901668856666294/1187543828078794/?type=1&amp;theater">https://www.facebook.com/901634746669705/photos/a.901668856666294/1187543828078794/?type=1&amp;theater</a>
Folha de Pernambuco	Transgêneros amarelos lidam com racismo da comunidade LGBT e transfobia de comunidades asiáticas	<a href="https://www.folhape.com.br/noticias/transgeneros-amarelos-lidam-com-racismo-da-comunidade-lgbt-e/188767">https://www.folhape.com.br/noticias/transgeneros-amarelos-lidam-com-racismo-da-comunidade-lgbt-e/188767</a>
Folha de São Paulo	Ao transformar luto em luta, comunidade T conquistou direitos nos anos 2010	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/ao-transformar-luto-em-luta-comunidade-t-conquistou-direitos-nos-anos-2010.shtml?utm_source=twitter&amp;utm_medium=social&amp;utm_campaign=comptw">https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/ao-transformar-luto-em-luta-comunidade-t-conquistou-direitos-nos-anos-2010.shtml?utm_source=twitter&amp;utm_medium=social&amp;utm_campaign=comptw</a>
FRRRKGUYS	Ares & Soren: casal trans não-binário morre em São Paulo	<a href="http://www.frrrkguys.com.br/ares-soren-casal-trans-nao-binario-morre-em-sao-paulo/">http://www.frrrkguys.com.br/ares-soren-casal-trans-nao-binario-morre-em-sao-paulo/</a>
G1	Morre mulher trans que teve 40% do corpo queimado por adolescente no Centro do Recife	<a href="https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/06/27/mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-por-adolescente-">https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/06/27/mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-por-adolescente-</a>

		tem-braco-amputado-e-estado-de-saude-e-grave-diz-hospital.ghtml
G1	'Ser trans é ter que se esforçar 3 vezes mais': moradores do DF contam como assumiram identidade de gênero no trabalho	<a href="https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/ser-trans-e-ter-que-se-esforcar-3-vezes-mais-moradores-do-df-contam-como-assumiram-identidade-de-genero-no-trabalho.ghtml">https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/ser-trans-e-ter-que-se-esforcar-3-vezes-mais-moradores-do-df-contam-como-assumiram-identidade-de-genero-no-trabalho.ghtml</a>
Geledes	83% dos presos injustamente por reconhecimento fotográfico no Brasil são negros	<a href="https://www.geledes.org.br/83-dos-presos-injustamente-por-reconhecimento-fotografico-no-brasil-sao-negros/">https://www.geledes.org.br/83-dos-presos-injustamente-por-reconhecimento-fotografico-no-brasil-sao-negros/</a>
HYPENESS	Mãe de Demétrio Campos fala como a alegria de viver do filho foi abreviada pelo racismo e transfobia	<a href="https://www.hypeness.com.br/2020/06/mae-de-demetrio-campos-fala-como-a-alegria-de-viver-do-filho-foi-abreviada-pelo-racismo-e-transfobia/">https://www.hypeness.com.br/2020/06/mae-de-demetrio-campos-fala-como-a-alegria-de-viver-do-filho-foi-abreviada-pelo-racismo-e-transfobia/</a>
Justificando	Aos gritos de “Bolsonaro” e “ele sim”, travesti é morta no centro de SP	<a href="https://www.justificando.com/2018/10/17/aos-gritos-de-bolsonaro-e-ele-sim-travesti-e-morta-no-centro-de-sp/">https://www.justificando.com/2018/10/17/aos-gritos-de-bolsonaro-e-ele-sim-travesti-e-morta-no-centro-de-sp/</a>
Midia Max	Cliente esgana travesti até desmaiar durante programa sexual em Campo Grande	<a href="https://www.midiamax.com.br/policia/2020/trans-e-enforcada-ate-desmaiar-durante-programa-sexual-em-campo-grande?fbclid=IwAR3_QhyQlitLS2sUHVhKwSVpcpdh33ISA58VMVWfYgliG4rKA3YixyykLEg">https://www.midiamax.com.br/policia/2020/trans-e-enforcada-ate-desmaiar-durante-programa-sexual-em-campo-grande?fbclid=IwAR3_QhyQlitLS2sUHVhKwSVpcpdh33ISA58VMVWfYgliG4rKA3YixyykLEg</a>

Yahoo! Notícias	Despreparo de profissionais e falta de políticas impedem acesso de população trans aos serviços de saúde	<a href="https://br.noticias.yahoo.com/despreparo-de-profissionais-e-falta-de-politicas-impedem-acesso-de-populacao-trans-aos-servicos-de-saude-090045674.html?guccounter=1">https://br.noticias.yahoo.com/despreparo-de-profissionais-e-falta-de-politicas-impedem-acesso-de-populacao-trans-aos-servicos-de-saude-090045674.html?guccounter=1</a>
O Globo	Checamos declarações de Bolsonaro em anúncio de troca de partido	<a href="https://blogs.oglobo.globo.com/eissomesmo/post/checamos-declaracoes-de-jair-bolsonaro-em-anuncio-de-troca-de-partido.html">https://blogs.oglobo.globo.com/eissomesmo/post/checamos-declaracoes-de-jair-bolsonaro-em-anuncio-de-troca-de-partido.html</a>
Portal Thathi	Transexual é morta a facadas na Vila Tibério, em Ribeirão; polícia investiga possível ação de serial killer	<a href="https://thathi.com.br/policia/transexual-e-morta-a-facadas-na-vila-tiberio-em-ribeirao-preto-policia-investiga-possivel-acao-de-serial-killer/?utm_source=Push-Notification&amp;utm_medium=Portal-Thathi">https://thathi.com.br/policia/transexual-e-morta-a-facadas-na-vila-tiberio-em-ribeirao-preto-policia-investiga-possivel-acao-de-serial-killer/?utm_source=Push-Notification&amp;utm_medium=Portal-Thathi</a>
Projeto Colabora	10 relatos que mostram a importância de criminalizar a LGBTfobia	<a href="https://projetocolabora.com.br/ods5/relatos-para-entender-por-que-brasil-deve-criminalizar-lgbtfobia/">https://projetocolabora.com.br/ods5/relatos-para-entender-por-que-brasil-deve-criminalizar-lgbtfobia/</a>
Zé Dudu	Calote ou extorsão: briga entre travesti e cliente vai parar na Depol	<a href="https://www.zedudu.com.br/calote-ou-extorsao-briga-entre-travesti-e-cliente-vai-parar-na-depol/">https://www.zedudu.com.br/calote-ou-extorsao-briga-entre-travesti-e-cliente-vai-parar-na-depol/</a>

Fonte: Dados sistematizados pelo autor (2021).

Além disso, não é difícil encontrar memes e deboches - especialmente em canais de vídeos online - de mulheres trans e travestis profissionais do sexo em delegacias, acusadas de roubo por supostos “cidadãos de bem” e “pais de família” que usufruíram, no sigilo, de seus serviços e não pagaram. O sigilo se traduz na



vergonha de relacionar-se com o que é aversivo e, sob ótica de uma moral cristã, proibido. Ainda assim, há o desejo, o qual reflete as hierarquias sociais entre pessoas cis e pessoas trans, sendo esta última subjugada pela primeira. Um homem cis, por exemplo, ao buscar usufruir desses corpos, se receber uma negativa, tende a não aceitar e a recusa é respondida com agressão verbal e/ou física, ou até a morte. Um simples “não” de quem é colocado no espaço de subjugação envergonha, fere a honra do “cidadão de bem” e o enraivece. Como ousa o inferior, a escória a se rebelar? Ainda mais vindo de infravidas, consideradas indignas de afeto e destinadas à servidão, ao assujeitamento e ao descarte.

A Folha de São Paulo, em dezembro de 2020, publicou um artigo informando que o termo "ideologia de gênero", - bem como a caçada a estudos de gênero, sexualidade e populações dissidentes da cisheteronorma, acrescento - foi importado do Vaticano dos anos 1990 pela bancada evangélica e bolsonarista em 2014, com o intuito de excluir dos planos de governo e de Estado discussões acerca do machismo, da diversidade sexual e de gênero e educação sexual. Seguido de um belicismo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020) contra temáticas de gênero, sexualidade, direitos reprodutivos e educação sexual, diversos eventos conservadores e violentos se sucederam. Por exemplo, a notícia de que ocorreria a palestra de Judith Butler, importante pensadora feminista, no SESC, resultou em retaliações pelas bancadas fundamentalistas e conservadoras, além de agressões pessoais à filósofa. A matéria cita também o assassinato da Dandara dos Santos, travesti negra e periférica de Fortaleza/CE, em 2017, que também é fruto dessa caçada por parte dos movimentos de ofensiva antigênero. Esses dois casos, ainda que situações distintas, indicam como temas referentes a gênero, sexualidade e como pessoas que não correspondem ao que é esperado pela cisheteronorma sofrem represálias em sociedade, a qual mantém vigília para incriminar e punir dissidentes da norma.

O assassinato de Dandara, assim como o de tantas outras mulheres trans e travestis, é ritualizado, conforme citado no artigo da Folha, nas palavras de Berenice Bento, caracterizando um transfeminicídio, o qual "se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil", em que não há somente a intenção de matar, mas também de infligir sofrimento e humilhações, estendendo-se ao não-reconhecimento da identidade das vítimas tanto por parte da mídia quanto pela sociedade (família e comunidade, por exemplo).

Outro exemplo é o assassinato da travesti Quelly da Silva, 35 anos, dentro de um bar no Jardim Marisa, na cidade de Campinas (SP), no ano de 2019. Caio Santos de Oliveira, 20 anos, quebrou uma garrafa, abriu o peito de Quelly e arrancou seu coração. Quelly era proprietária do bar e a vítima não conhecia o assassino. Relacionaram-se na mesma noite do crime. Após arrancar o coração da vítima, colocou uma imagem de Nossa Senhora Aparecida sobre o corpo de Quelly, além de roubar dinheiro e aparelhos eletrônicos. Ao ser questionado do motivo que o levou a matar Quelly, alegou que ela era um *demônio* e que havia feito várias coisas, como "drogas, álcool, tudo". O assassino foi diagnosticado com esquizofrenia, de acordo com documento acolhido pelo juiz da Vara do Júri de Campinas (ACIDADEON, 2019).

O discurso de ódio e o crime hediondo já se tornaram rotina contra pessoas trans e travestis, especialmente a mulheres trans e travestis negras, de acordo com notificações não-oficiais de dossiês da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Outro exemplo bastante recente é o assassinato de duas mulheres trans na cidade de Ribeirão Preto, em que suspeita-se de que os crimes estejam relacionados; ou seja, acredita-se que exista um serial killer na Vila Tibério. Ambas as mulheres eram trabalhadoras sexuais, assassinadas com marcas pelo corpo inteiro, inclusive pés. A forma como foram violentadas sugere que os assassinatos foram pensados justamente para atacar mulheres trans e travestis. Em redes sociais, familiares e amigos se despedem de Milena, uma das mulheres assassinadas, e comentam não acreditar nesse tipo de barbaridade, lamentando muito pela morte de "Indinha", como Milena era conhecida (PORTAL THATHI, 2021).

No último dossiê, referente ao ano de 2020 e lançado em 29 de janeiro de 2021 (Dia da Visibilidade Trans), a ANTRA (2021) menciona a carência de dados estatísticos governamentais, especialmente ao que diz a respeito de pessoas trans, visto que sem o acolhimento devido, a denúncia formal não é efetivada. Quando pessoas T que possuem os documentos de registro retificados, as denúncias são realizadas conforme consta no documento civil, muitas vezes divergindo de sua identidade de gênero, resultando em mais invisibilidade estatística, sem contar os casos de atendimento inadequado e violento a estas populações. Como não se trata de interesse do Estado em combater a LGBTfobia, o levantamento desses dados é obliterado; há um grande déficit de captação e publicização desses dados por parte do setor de Segurança Pública. Apesar disso, ainda de acordo com a Associação,

Em 2020, pela primeira vez desde que passou a ser publicado, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública trouxe dados sobre violência contra a população LGBTI+. Logo no início, consta uma informação que chama a atenção: 15 estados e o DF não têm qualquer informação sobre violências motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero. Os demais trazem informações dos Sistema de Informações de agravo de Notificação (SINAN), que traz dados sobre atendimentos de ocorrências no sistema público de saúde, e do Disque 100 – que enfrenta um apagão de dados desde 2016. (ANTRA, 2021).

Sendo que nenhuma dessas informações traz dados sobre os assassinatos de pessoas trans. No próprio dossiê, Dennis Pacheco, pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, questiona o fato de que uma organização pequena de sociedade civil como a ANTRA consegue captar dados e fazer a mensuração que o Estado, a princípio, não dá conta. Acrescenta-se o histórico de violações de direitos de pessoas T por parte de agentes e trabalhadores da segurança pública, seja no atendimento desta população, seja no não reconhecimentos que pessoas T enfrentam por serem trans, tornando as denúncias difíceis de serem efetivadas.

Nesta esteira, vale citar o projeto Passagens, executado pela SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade, organização de sociedade civil de Porto Alegre/RS, que tinha por objetivo o mapeamento do encarceramento LGBTI+ no Brasil. Uma das primeiras atividades realizadas na Penitenciária Professor Jason Soares, em Minas Gerais, foi com servidoras(es) da instituição, entre agentes penitenciários, assistente social, psicóloga, professoras, técnico de direito e demais trabalhadores da gestão de segurança, incluindo representantes do Grupo de Intervenção Rápida (GIR). A SOMOS deparou-se com diferentes posicionamentos: desde discursos que não consideram as transgeneridades e as homossexualidades como algo natural até pessoas que sabiam diferenciar orientação sexual de identidade de gênero, por exemplo, revelando também uma diferença de interesses, entre os trabalhadores, pelas discussões e pela busca de capacitação continuada (FERREIRA et al, 2019, p. 139). Identificou-se também que as capacitações em gênero e sexualidade são desvalorizadas pelas gestões das casas, visto que algumas técnicas apontaram que não foram computados os cursos que fizeram sobre esses temas.

Além disso, não foram poucas as falas de que trabalhadoras(es) da área não recebem formações organizadas pelo Estado, a ponto de sentirem-se abandonadas(os) e incapazes de compreender demandas específicas. Entre tantas

dificuldades, outra assinalada pelo grupo de servidoras(es) da instituição, segundo Ferreira et al (2019), é de que mudanças vindas “de cima para baixo” com assinatura de resoluções e outros documentos legais não sanariam o problema, mas sim uma mudança de postura de práticas sociais concretas e capacitações por parte do Governo (de Minas Gerais, neste caso), visto que obrigar trabalhadoras(es) a respeitar a identidade de pessoas trans, por exemplo, não corresponderia a uma compreensão e a um respeito real das demandas de pessoas T encarceradas.

Ao realizar as atividades com as mulheres trans, travestis e homens gays encarceradas/os, membros da equipe de execução do projeto Passagens ouviram diversos relatos de violação de direitos; entre eles, queixas de falta de acesso a tratamentos de saúde (uma delas foi de uma travesti que não recebeu o exame de HIV que fez e, quando perguntou do documento a um profissional de segurança, este a respondeu que “para ele, ela poderia morrer de aids”); as pessoas se sentiam abandonadas e frequentemente desrespeitadas por agentes de segurança, os quais chamam as travestis e gays de “desgraças, filhos da puta, etc.”. Há o relato de uma travesti que solicitou um pão, por estar passando fome, e o agente disse que entregaria o pão se ela mostrasse os seios. Esta mesma interlocutora relata que, juntamente de uma amiga, foi levada para uma sala de segurança por se defender de ataques verbais do mesmo agente. Lá, ficaram 27 horas recebendo gás de pimenta de cinco em cinco minutos. Jogavam o gás e se despediam com um “boa noite”, além de terem passado fome (FERREIRA et. al, 2019, p. 141).

Ainda discutindo as violências institucionais e de Estado, aproximo Sara Ahmed (2012) a estes relatos, a qual diz que argumentar que a diversidade é exercida como uma forma de relações públicas. Ahmed, para ilustrar, relata o caso de estudantes universitários do oeste da Ásia, imigrantes no Reino Unido, que sofreram ataques racistas e, de acordo com relatórios e artigos, sentiram-se preocupados em como a universidade reagiria às denúncias. Por terem se sentido ameaçados e amedrontados com as violências, decidiram que seria importante tomar providências. No entanto, não havia canais apropriados para realizar este tipo de denúncia na universidade; além disso, preocuparam-se com a sua imagem e seu status na instituição, bem como em estarem fazendo “muito barulho”. Não muito longe disso, a resposta de representantes institucionais fora embasada em discursos que denotam orgulho institucional e boa conduta de que a universidade se preocupa com todos os seus discentes, embora contrariando as denúncias dos estudantes, que deixam de

ser os que “fazem barulho” para serem “o barulho”, negando os problemas da universidade.

Quando Ahmed diz que diversidade é exercida também como relações públicas, a autora afirma que esse orgulho institucional pode se valer de um orgulho da própria diversidade como uma forma de defender as organizações e suas reputações. O relato do caso dos estudantes acima, segundo Ahmed (2012), indica que o racismo pode afetar as experiências destes estudantes tanto de forma direta quanto indireta, não só através de ameaças, mas com a possibilidade de sofrer outras violências relacionadas no meio institucional, afetando também na forma como essas pessoas responderão a essas ameaças.

Denunciar e falar de racismo e/ou de transfobia pode revitimizar essas populações através de mais violências e silenciamentos dentro das instituições. Além disso, não é incomum que as instituições e o próprio Estado façam-se valer de um discurso de “boa vizinhança” ou de “boa conduta”, alegando que se importa com todos, embora a prática cotidiana denote o oposto. O próprio ato de abafar críticas negativas e denúncias, em detrimento de manter uma imagem institucional, governamental ou estatal já é indício de violência contra as populações agredidas, em negação para transparecer que está tudo bem, o que não é verdadeiro. Além dos aparatos institucionais serem coniventes com violências racistas, como no caso, não há a promoção de programas de suporte aos estudantes agredidos, nem uma agenda de combate à discriminação e ao preconceito institucional, dificultando também a permanência desses estudantes nas universidades, já fragilizados por condições de desigualdades que também impuseram barreiras para que pudessem aprovar no processo seletivo de ingresso nas universidades tanto públicas quanto privadas.

Os interesses dos âmbitos privados e públicos coincidem em alguns aspectos, embora no privado seja mais mascarado, como se existisse a necessidade de preservação de imagem de ambos. O âmbito público, por sua vez, se utiliza de enunciados sobre um “bem comum”, enquanto que o privado usa de uma “abstenção de compromisso” com o social, como se este não fosse seu objetivo final, mas sim estatal, quando a responsabilidade social já não é descartada por ser compreendida como supérfluo. Para exemplificar, pode-se relacionar com uma empresa e o público alvo ao qual essa direciona seus interesses. No âmbito privado, quando se fala em racismo, este tende a ser debatido especialmente ao que concerne à competição econômica, ou seja, com o objetivo de atrair este público para seus produtos ou para

obtenção de incentivos fiscais como a redução de impostos da empresa por investir em projetos sociais, no máximo. Já o âmbito público fomenta políticas públicas racistas que visam o encarceramento da população negra, camufladas de supostas “políticas de segurança”, associando pessoas negras ao crime. Os interesses de ambos os âmbitos convergem na obtenção de lucro, de uma boa imagem perante a população de forma geral e a manutenção de uma ordem social e política conservadora.

Pensa-se o quão viável ou real seria a equidade entre as classes em um sistema de competição em que sempre alguém sai à frente ganhando, tendo em seu favor dispositivos de poder que estabelecem hierarquias entre os grupos. Os interesses dos âmbitos privado e público coincidem, mas no privado tendem a ser mais mascarados. Entretanto, em ambos os âmbitos, há a necessidade de preservação de imagem: do público, através da imagem de um projeto de Estado confiável e que faz uso de retóricas de proteção à família e aos direitos do “cidadão de bem”, que afirma querer o bem da nação; do privado, por meio da venda de um paraíso de benefícios que partem da dedicação da/o trabalhador/a às empresas, a produzir e a consumir, como se isso fosse garantir uma vida de qualidade e sonhos concretizados a partir do próprio esforço: ou seja, ideais meritocráticos em que se faz para merecer, o que sabe-se que não é suficiente e leva o trabalhador ao adoecimento tanto físico quanto emocional. A cultura de países de ideologia neoliberal torna-se mais individualista, materialista e socialmente antagônicas, gerando aumento em um perfeccionismo pautado em lógicas meritocráticas de trabalho, as quais são altamente correlacionadas com ansiedade, distúrbios alimentares, depressão e ideações suicidas, tornando difícil a construção da solidariedade em sociedade (VIANA & SILVA, 2018).

Com o surgimento do "sujeito empresarial", no fim do século XX, favoreceu-se a instauração de uma rede de sanções, estímulos e comprometimentos que produzem um novo funcionamento psíquico. Este sujeito é competitivo e imerso na competição mundial. Há a intenção de reorganizar a sociedade através da intensificação das lógicas de mercado, implicando no surgimento do sujeito neoliberal (LAVAL & DARDOT, 2016). Não foram apenas as promessas do livre-câmbio e de enriquecimento privado que fez com que as pessoas aderissem à sociedade industrial e mercantil, mas estratégias de educação da mente, controle do corpo e a institucionalização dessa nova forma de sujeito, através do dispositivo da eficácia,

segundo Laval & Dardot (2016). Este dispositivo forneceria os recursos humanos necessários às atividades econômicas, através da subjetivação do sujeito para que este pudesse operar em um grande circuito de produção e consumo, através da normatização do seu corpo, da organização do trabalho, da moradia, do lazer, praticamente um adestramento para que o sujeito seja produtivo dentro deste sistema. O dispositivo da eficácia tem o interesse em fabricar sujeitos dóceis ao trabalho, úteis e dispostos ao consumo, além de intensificar o trabalho e os resultados.

Com a aceleração e adaptações que se sucederam desse modelo de funcionamento, o governo de si via lógica empresarial modelou a sociedade a partir das empresas. facilitando a precarização do trabalho, cada vez mais provisórios, temporários e o corte em leis trabalhistas, permitindo a facilidade em demissão de trabalhadores, a redução do poder aquisitivo e o empobrecimento das classes populares. Ao fornecer um ambiente de medo aos assalariados, aumenta-se a dependência destes em relação aos empregadores, permitindo que as empresas pudessem exigir maior disponibilidade e comprometimento dos trabalhadores (LAVALL & DARDOT, 2016). Tem-se a necessidade de trabalhar-se cada vez mais para tornar-se mais ainda eficaz dentro deste sistema, via discurso de superar a si mesmo para conquistar mais e ser “bem-sucedido”. Um perfil mais selvagem de competição, geralmente associado à ideia de ser um “leão dominador”, por exemplo, em busca do sucesso e da felicidade através da produtividade e do consumo. Pessoas trans e travestis, levando em conta os marcadores sociais que se interseccionam, precisam comprovar a própria competência no mercado de trabalho, em comparação a uma pessoa cis. Daniela, mulher trans, em uma entrevista para o site G1, diz que ser trans é ter de se esforçar três vezes mais: *“No início, as pessoas te subestimam por ser transexual. Achem que não saberia fazer determinado trabalho.”* (G1, 2018)

Logicamente que, com o avançar das lógicas de produtividade e a rapidez e fluidez desses mecanismos, a necessidade de produzir e qualificar-se cada vez mais, ofertar serviços, ser empreendedor de si para acompanhar o mercado torna esse processo adoecedor. O sofrimento pode vir através de várias circunstâncias, como não permitir-se mais descansar, cuidar da própria saúde; seja pela pressão para satisfazer o mercado, ser o número um da competição e pelo medo de ficar para trás, seja por não ter condições para fazer investimentos em si e em seu próprio negócio. Além disso, ao se falar de populações que são declaradas inimigas e enfrentam as

estruturas necropolíticas cotidianas, conseguir finalizar a educação básica, ter acesso à educação formal técnica ou superior, bem como a uma vaga de emprego, ainda é uma realidade distante. Pessoas T e negras, portanto, são postas no lugar de *excedente populacional* que não contribui com o Estado e as lógicas neoliberais de mercado, portanto tendem a ser, em sua maioria, inúteis a esse sistema, quando não dispostas a colaborar conforme o esperado. De fato, não há interesse das máquinas estatais em manter essas populações vivas, sendo qualquer política pública ou de assistência social voltada à equidade são alvos de críticas meritocráticas que consideram direitos fundamentais um “benefício” e que “vagabundo tem que se virar para merecer”. O direito à identidade, à saúde, à educação e a uma casa, por exemplo, torna-se direitos negociáveis, nesta ótica, dignos de quem “faz por merecer”.

O relato de Daniela é comumente encontrado entre as populações de pessoas T. Além de ser subestimada, ela conta que passou pelo processo de transição social no mesmo emprego em que se encontra e que, inicialmente, foi um *burburinho* em que colegas de trabalho diziam que ela era um “homem usando o banheiro feminino”. O respeito e o reconhecimento de suas capacidades só vieram com o passar do tempo, segundo Daniela, ainda que contasse com um currículo recheado de especializações. Ao ter que dedicar-se três vezes mais na área profissional e enfrentar um período probatório em que simples deslizes podem se tornar justificativas para não aceitá-la na vaga, uma pessoa T ainda precisa lidar com ambientes profissionais que não estão preparados para a inserção e permanência dessas populações, devido a preconceitos e discriminações na cultura institucional. Ou seja, analisando os empecilhos de ter que se desgastar muito mais trabalhando e se qualificando o triplo, bem como ter que driblar a transfobia nas instituições, ao considerar o quão violentas podem ser as lógicas neoliberais hoje, para uma pessoa T tende a ser muito mais adoecedor ainda. Nessas conjunturas, podemos pensar na pressão que pode ser para uma pessoa T que necessita de emprego para pagar suas despesas e sobreviver minimamente, ou até mesmo sustentar a família.

Quando falamos dos marcadores sociais da diferença, especificamente identidade de gênero, raça e classe, o discurso meritocrático recebe um peso diferente de quem vivencia vulnerabilidades sociais e políticas. O contexto de vida de uma pessoa T, ainda mais se for negra e pobre, por exemplo, tende a ser de precariedade. Tanto as políticas de inimizade, as necropolíticas, quanto as influências de uma sociedade branca, cisgênera, neoliberal, patriarcal e cristã dificultam e podem



limitar a construção de uma narrativa de ascensão social dessas populações. Há mais empecilhos e, na corrida neoliberal para ser o número um, esses grupos partem em desvantagem devido aos abismos de iniquidades. Casos como de Demétrio, Ares e Soren são exemplos em que esses abismos os privaram do acesso a condições fundamentais para a sobrevivência; a constante precariedade e a inviabilidade de melhor qualidade de vida tornaram o suicídio a única possibilidade.

Para Dunker (2016), o neoliberalismo deixa de ser apenas um modelo econômico e político para ser também um estilo de vida, em que a solidariedade social entre os sujeitos é obstruída pela competição de mercado e pelo individualismo. Ou seja, a racionalidade desse modelo neoliberal defende, de acordo com a *Resistance in Latin* (2020), uma concepção de responsabilidade baseada numa percepção radical de autossuficiência individual que se exime de qualquer responsabilidade pelo outro. Assim, discursos de que políticas públicas não deveriam ser garantias do Estado tornam-se comuns, reiterando a ideia de que direitos fundamentais são "privilégios" quando estes são voltados para populações em vulnerabilidade social. Soma-se a isso o desmonte dos serviços públicos nos últimos anos e a tendência à privatização, o que oferece riscos aos serviços, às populações e reforça a precarização do bem público e de acesso popular.

Nesta esteira, as necropolíticas não só acontecem por meio de uma facada ou um tiro, por exemplo, mas por aparatos técnicos do Estado, o qual mune a agenda genocida sorrateiramente nas vias institucionais e jurídicas do país. Não é coincidência que Demétrio, Ares, Soren e tantas outras pessoas T ficaram sem chão e sem perspectiva alguma de vida. A incriminação e a punição dessas vidas, através das lógicas de inimizade, são fomentadas pela caça às bruxas contemporânea, por religiões fundamentalistas, pela ofensiva antigênero e por discursos de extrema-direita.

O Estado não pensa de forma tão diferente, nem mesmo os governos que chefiam esse Estado. Ao considerar em um Estado que se vale de políticas de inimizade e de extermínio de determinadas populações, este possui respaldo do âmbito privado, visto que a violência ocorre estruturalmente, perpassando as instituições e o campo social. O privado, ao abster-se de um compromisso que alega ser do público, coloca-se em um espaço aquém, considerando as influências que exerce social e politicamente na sociedade, desconsiderando que também faz parte deste campo social. A neutralidade é ilusória, enquanto a abstenção for cumplicidade

a violências estruturais e às políticas de inimizade. O sangue das mortes também transcorre por essas mãos (vide assassinatos e humilhações de homens negros em supermercados), ainda que não sejam as mãos que tenham segurado uma arma ou diretamente delegado ordens ou políticas para matar.

Ainda dialogando sobre neoliberalismo, ressalto a afirmação de Silvio Almeida (2018) de que a meritocracia se manifesta através de mecanismos institucionais que atribuem culpa, por exemplo, a pessoas negras não ingressarem em universidades e concursos públicos por não terem feito tudo o que estava a seu alcance. Parte-se, portanto, de uma associação de competência ao mérito a condições relativas à branquitude, masculinidade, heterossexualidade e à cisnormatividade, visto que a desigualdade educacional está relacionada à desigualdade racial.

O mito da democracia racial nega a existência do racismo no Brasil, afirmando que a democracia plena se estende a todos os cidadãos, ignorando processos sócio-históricos, culturais e políticos da estrutura do país. Prevalece, portanto, o discurso de que "somos todos iguais", embora o único privilegiado da estrutura racista seja o branco. A negação do racismo, através do mito de democracia racial, sustenta-se por esse discurso meritocrático em que, segundo Almeida (2018), *em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal*, promovendo uma conformação dos indivíduos com a desigualdade racial. A violência racial, portanto, é banalizada e normalizam-se processos de divisão social, por parte tanto do Estado quanto por grupos sociais que se beneficiam dele. A transfobia, interseccionada por outras vias de opressão (racial, de classe e de sexualidade, por exemplo) também é normalizada através deste mesmo raciocínio.

O jargão "somos todos iguais" nega a transfobia, os assassinatos e ainda ativa outro discurso que afirma que demandas específicas de saúde da população trans, por exemplo, como os procedimentos de hormonização e cirúrgicos tratam-se de "privilégios" e meramente estéticos. Tal gera alvoroço acerca do uso de dinheiro público para a saúde de pessoas trans e travestis, quando sabemos que a infraestrutura de ambulatórios voltados para atendimento de pessoas T, inclusive políticas públicas como o Processo Transexualizador<sup>11</sup>, criado em 2008, recebem

---

<sup>11</sup> Resolução 1482/1997 do Conselho Federal de Medicina.

investimento ínfimo, espaços estes e serviços relegados à própria sorte, visto que não é de interesse do Estado manter essas populações vivas.

O próprio Processo Transexualizador apresenta falhas em sua eficiência e em sua universalização, desafios que também impõem empecilhos para que pessoas T possam acessar à política de saúde. Alguns destes desafios são a distribuição geográfica dos programas; a discriminação e o desrespeito ao nome social e o diagnóstico patologizante, a partir de normas socialmente construídas acerca de gênero (ROCON ET AL, 2019), impedindo que pessoas T que não preencham os requisitos de quem é "trans de verdade" acessem o programa. Os critérios diagnósticos e do planejamento do próprio programa são pautados em normas que estabelecem a cisgeneridade como um ideal a ser alcançado com o objetivo de corrigir pessoas T, valendo-se de um saber biomédico que institucionaliza a transfobia e não permite outras possibilidades de vida e de corpos além da cisgênera. Além disso, esses requisitos de um ideal de homem e de mulher nem mesmo pessoas cisgêneras alcançam (GOULART, 2018), ou seja, não são reais, embora sejam muito mais cobrados para pessoas T como se essas populações precisassem provar quem são. Ainda assim, essa "prova" não passa de um empecilho para que a cisnorma negue o acesso à saúde a pessoas T; trata-se de um mecanismo estatal e por vezes judicializado para privar essas populações do acesso mínimo a seus direitos e à dignidade humana. A somatória de violências sofridas por pessoas T ao tentarem acessar seus direitos, além de tantas negativas, torna todo o processo de sobrevivência uma via sacra.

Os ambulatórios especializados em saúde das populações T, na atenção básica, são uma conquista muito recente motivada por muitos anos de luta dos movimentos sociais de pessoas T, em parceria com a gestão em saúde. Tratava-se de um sonho, uma idealização, hoje já possível, embora a escassez de investimentos e de recursos por parte do Estado. A dificuldade de acesso à saúde relega pessoas trans e travestis à clandestinidade. Para Ritchely, 25 anos, não teria como desembolsar dinheiro para iniciar e manter sua transição de modificações corporais e garantir atenção à saúde se não fosse o sistema público, visto que os hormônios já têm um curso altíssimo, diz ela em entrevista ao Yahoo! Notícias (2020), complementando que sem médicos e exames há um risco muito grande. As *bombadeiras*, por exemplo, são profissionais conhecidas por realizar modificações corporais por meio de silicone industrial nas travestis e em mulheres trans. Os

implantes deste procedimento são acessíveis economicamente, dispensando burocracias e controle institucional (MONICA, 2018), o que torna as modificações viáveis, embora não seja a melhor alternativa, considerando que os riscos de agravos à saúde, inclusive de morte, são recorrentes.

Outro exemplo é a venda clandestina, por profissionais, de receitas de hormônios, além da compra também ilegal de hormônios de procedência duvidosa por pessoas T como última alternativa para acessar procedimentos que o Estado não provê eficientemente, bem como pela transfobia que dificulta o acesso a políticas públicas existentes. Além disso, carece-se de atendimento adequado para pessoas trans e travestis que sofrem os efeitos colaterais e outros danos provocados por procedimentos clandestinos.

### **3.3 Das políticas públicas a populações T a necropolíticas e a relação com o Estado**

São múltiplas as teorias de constituição Estado e sua correlação com a Economia, não sendo este o foco deste trabalho. Pode-se partir a discussão, assim sendo, pelo pensamento de Höfling (2001), que define o Estado como *o conjunto de instituições permanentes - como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente - que possibilitam a ação do governo*, enquanto que o Governo seria um conjunto de programas e projetos que determinados grupos da sociedade, como políticos e organismos da civil, propõem para a sociedade de forma geral, *configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado poder um determinado período*. As políticas públicas, portanto, partem como uma ação proveniente do Estado, o qual implanta um projeto de governo voltado a setores específicos da sociedade, de acordo com os interesses de uma maioria, por intermédio de processos democráticos.

Em relação à formação do Estado, a organização da vida social, política e econômica tem como aspecto importante a *nacionalidade*, sendo esta influente na constituição cultural e de características de um povo. Para Almeida (2018, p. 76), a nacionalidade é central nas construções discursivas da unicidade do Estado, através de um imaginário que articula uma ideia de ordem ou de identidade comuns dentro

de um território e de uma soberania centralizada, o que fortalece um sentimento de pertencimento. O autor aponta que a nacionalidade não é fruto de mero acaso, mas de mecanismos e práticas institucionais de poder que são condicionadas por estruturas político-econômicas que atuam na constituição dessa nacionalidade.

A partir desta ideia de pertencimento a uma nação, a uma cultura e sociedade, dentro de um território sob domínio de uma soberania, Almeida (2018, p. 77) diz que haverá a destruição de tradições e culturas de outros povos que entram em conflito com as do Estado nação estabelecido, sendo o *patriotismo* e o *orgulho nacional* mecanismos de poder e de dominação que estabelecem hierarquias sociais pautadas em marcadores sociais da diferença; da mesma forma que a nacionalidade desenvolve o sentimento de pertença e de unicidade em uma pátria, esta também cria regras de exclusão e um discurso sobre o Outro, viabilizando tanto a conquista e o extermínio daqueles que não pertencem a essa nação, a partir do colonialismo (ALMEIDA, 2018, p. 79), com a finalidade de protegê-la em sua totalidade. Essa proteção, conforme já discutido por Mbembe (2017), é a criação dos checkpoints, os quais definem o apartheid dessas populações que não compartilham da identidade nacional. Quando o isolamento não é suficiente, a morte, a partir de um projeto nacional e estatal de extermínio com aprovação da instituição cristã fundamentalista.

Ou seja, a caça às bruxas não parou na Inquisição, mas as práticas de incriminação e punição que seguem esta lógica adaptaram-se à cultura e ao tempo, recebendo nova roupagem hoje. Recentemente, em junho de 2021, repercutiu o caso de uma mulher trans, Roberta da Silva, 32 anos, que teve 40% do seu corpo queimado por um adolescente cis de 17 anos de idade (BRASIL DE FATO, 2021; G1, 2021). Roberta faleceu no mês seguinte. A prática de atear fogo em Roberta foi simbólica ao remontar um cenário semelhante às fogueiras da Inquisição, com o intuito de eliminar e de "purificação", que queimava tudo, todas e todos que, aos olhos da nação, do Estado e da Igreja (cristã) não prestava. Ou seja, tudo aquilo que era ameaçador e revolucionário. Embora hoje as fogueiras não sejam tão comuns, as práticas adaptaram-se através dos mecanismos de ação do Estado, como políticas de segurança contra "sujeitos suspeitos" e que, ao mesmo tempo, propõe a defesa da família, da sociedade e do "cidadão de bem", camuflada de uma proteção ao bem comum. Além disso, a remoção de políticas públicas voltadas aos grupos definidos como inimigos são removidas, ou simplesmente "esquecidas"; o preconceito e a discriminação nos serviços públicos e a falta de interesse do Estado em combater

violências e produzir dados oficiais, e os discursos de ódio legitimados por governos de extrema-direita, incitando a agressão e a morte de pessoas T, negras, povos originários, quilombolas, entre outros grupos.

A incriminação e a punição dessas populações partem não só de leis canônicas: elementos destas leis foram adotadas por códigos civis e usadas para prender homossexuais e prostitutas, segundo Rubin (2003), em que campanhas de cruzada moral produziram proibições contra comportamentos declarados como libidinosos, infrações geracionais, bordéis, casas "indecentes". Nos anos de 1950, de acordo com a autora, intensificou-se o discurso de "ameaça homossexual" e "ofensor sexual", o que gerou um pânico moral, um medo público na sociedade, em que o termo "ofensor sexual" era comumente aplicado a estupradores, pedófilos e, eventualmente, operou como um código para homossexuais. Portanto, o sistema de justiça criminal, ainda de acordo com Rubin (2003), incorporou esses conceitos através de leis sobre psicopatias sexuais nas legislações estatais dos Estados Unidos, provendo às ciências psicológicas um poder mais intenso de policiamento de populações consideradas "desviantes" sexuais. Desta forma, muitos Estados conduziram suas investigações e uma caça às bruxas a nível federal, refletindo em repressões locais, como o Estado explicitamente alegar que pretendia eliminar, no caso, toda a homossexualidade da comunidade, não muito diferente da realidade que pessoas T vivenciam no Brasil, especialmente hoje sob governo de partidos de extrema-direita e ideologias fundamentalistas.

A guerra declarada aos inimigos da nação é uma forma da soberania alcançar o seu direito de matar, em que ser soberano diz a respeito de exercer controle sobre a vida e a morte como manifestação do poder Estatal (MBEMBE, 2017). Mbembe investiga as trajetórias que levaram o estado de exceção e as relações de inimizade a serem a base normativa do direito de matar, sendo este reforçado continuamente pelo poder (não necessariamente o estatal), apelando a um estado de exceção e a uma noção ficcional de inimigo. O autor relaciona o estado de exceção com a economia biopolítica, conceito trabalhado por Foucault, para afirmar que, por meio do gerenciamento biológico da população, *a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado* (MBEMBE, 2017, p. 18), o que tornaria juridicamente legal e aceitável o fazer morrer dessas populações - aqui, estendo essa lógica para as populações de pessoas trans e travestis.

O filósofo, citando Foucault, chama a nossa atenção para o Estado nazista como um exemplo de um Estado que exerce o direito de matar através de uma extrapolação biológica acerca dos inimigos políticos apontados por esse Estado. Ao organizar a guerra contra os inimigos, ao mesmo tempo acabava expondo seus próprios cidadãos a esta guerra, consolidando o direito de matar pela fusão completa da guerra com a política através do racismo, do homicídio e do suicídio. Houve um ponto, portanto, que essas três formas de matar tornaram-se indistinguíveis uma da outra, sendo esta uma característica exclusiva ao Estado nazista: um Estado assassino, racista e *suicidário* (MBEMBE, 2017, p. 19), em que o extermínio dos supostos inimigos reforçaria tanto o potencial de vida dos “cidadãos de bem” quanto da segurança nacional. Um dos exemplos brasileiros é o governo bolsonarista, o qual reforça as políticas de inimizade com populações negras, quilombolas, indígenas e LGBTs e legitima o fazer morrer desses grupos para assegurar uma segurança nacional, bem como valores e moral ultrapassados, regrados por violências estruturais.

O caso de Demétrio Campos, um jovem rapaz carioca, negro, trans, pobre, foi *suicidado* no dia 17 de maio de 2020, data conhecida atualmente como Dia Internacional Contra a LGBTfobia, devido à transfobia e ao racismo estruturais. Em entrevista exclusiva ao website Hypheness (2020), a mãe de Demétrio, Ivoni, conta que o filho obteve todo o cuidado necessário relativo à hormonização no SUS; no entanto, não obtiveram sucesso na procura por uma psicóloga preta que pudesse atendê-lo na rede de serviço pública, considerando que a família não contava com condições financeiras para a contratação de um serviço privado. A mãe relata que o máximo que obtiveram acesso foi ao psiquiatra, ao qual receitou uma série de medicamentos a Demétrio, o qual enfrentava a depressão motivada especialmente pelas grandes dificuldades de cunho transfóbico, racial e de classe. Ivoni relata que o filho vivia dopado e passando mal. Amigos uniram-se e insistiram para que Demétrio obtivesse acesso a psicoterapia gratuitamente, após uma tentativa de suicídio do amigo. Além disso, devido à falta de ambulâncias na região periférica em que moravam, a irmã de Demétrio precisou fazer uso de seus conhecimentos de Enfermagem para salvá-lo.

Produtor, dançarino, pintor e modelo, o jovem acreditava que sua vida seria melhor em São Paulo, capital conhecida pela oferta de oportunidades de emprego, no entanto não teve suas expectativas supridas. Sofreu discriminações em agências

por ser negro e trans, sendo sempre preterido por pessoas brancas, as quais eram contratadas para ocupar as vagas de emprego, por mais talentoso que fosse. Conforme a entrevista concedida por Ivoni, mãe de Demétrio, o filho chegou a passar por blitz da polícia e ser espancado (HYPENESS, 2020). A série de violências contra Demétrio o levaram a uma segunda tentativa de suicídio, precisando ser resgatado por Ivoni de volta para a periferia de Tamoios, em Cabo Frio, onde veio a falecer pouco tempo depois. O corpo de Demétrio foi encontrado pelo irmão, que precisou entrar pelo vidro do banheiro para abrir a porta por dentro e retirar o irmão de lá, já falecido. Além do sofrimento, os problemas financeiros da família se seguiram, em que foi necessário organizar uma vaquinha para retirar o corpo de Demétrio do IML e pagar o funeral.

O caso de Demétrio ganhou grande repercussão, especialmente entre os movimentos de pessoas trans e de pessoas negras, impactando severamente esses grupos, pois entende-se que, por ser trans e negro, está suscetível a vulnerabilidades que fragilizam e levam à desesperança. Além disso, o jovem foi mais um número na estatística de assassinatos de pessoas trans e negras. Em espaços como esses em que há um senso de comunidade, os sujeitos são impactados de alguma forma. Somam-se a isso as sucessivas mortes que ocorrem todos os dias, em que muitas pessoas trans e negras veem seus círculos de afetos reduzidos, em um constante luto e medo de ser o próximo. O medo de Demétrio de sair na rua e sofrer violência urbana é a realidade da maioria de pessoas trans, travestis e negras. Não se sabe se voltará para casa sem ter sofrido por quaisquer tipos de agressões ou sem vida.

Assim, o Estado é conivente com as violências e com as mortes dessas pessoas, seja por não ter o interesse de pautar uma agenda pública de combate ao racismo e à transfobia, por abster-se de implementar políticas públicas de equidade e eficazes para essas populações, e por, deliberadamente, promover uma agenda de ódio com o intuito de eliminar essas pessoas. As violências policiais que Demétrio sofreu nas ruas são um exemplo disso, em que o Estado, explicitamente, identificou o jovem como uma ameaça e o violentou em nome da segurança pública e da defesa de um suposto “bem comum”, geralmente alegado nesses casos, o que de recente tem nada: Anyky Lima, travesti de 63 anos, importante ativista pelos direitos LGBT no Brasil, falecida em 2021, contou para o Projeto Colabora (2019): "*Fui presa dezenas de vezes na época da prostituição e da ditadura. Só não apanhei mais porque eu era*



*branca. Policiais me tiravam da cela de madrugada para ter relação sexual, enquanto batiam em uma travesti negra só pelo prazer".*

Outra alegação frequente é que se trata de cumprimento de protocolo da polícia, com o intuito de promover essa segurança. Segurança do quê? De quem? Contra quem? Pergunta-se. Que protocolo é esse? Quem são as pessoas que são identificadas como “suspeitas” e possíveis ameaças e por qual razão? Ao refletirmos sobre esses questionamentos, está nítido que existe um imaginário social racista e transfóbico, neste caso, que identificou Demétrio como um “sujeito suspeito”, passível de sofrer uma abordagem policial violenta com o intuito de neutralização da ameaça identificada.

Nota-se que uma série de acontecimentos levaram ao suicídio de Demétrio. O fato de ser um homem negro, trans e periférico não é acaso. O racismo, a transfobia e a pobreza são fomentados por um campo social e político, através das forças estatais que definem quem é cidadão e quem pode viver. O histórico de violências que Demétrio vivenciou motivaram o adoecimento e o submeteram a vulnerabilidades ao ponto que não encontrasse mais alternativas para que pudesse viver. Houve tentativa de ajudá-lo através da rede pública de serviços a qual, por ter escasso investimento do Estado e não existir interesse de governos de extrema-direita em preservar o que é de fato um bem público, foi um movimento frustrado. Sabemos, ainda mais hoje, o quanto os serviços de saúde pública passam por um dismantelamento das políticas públicas e ainda mais ao que concerne à saúde mental. Além disso, a busca - também frustrada - por uma psicóloga negra pela família de Demétrio não nos quer dizer algo? Questiona-se, portanto, onde estão as/os profissionais negros, senão, majoritariamente, relegadas/os a empregos informais ou em servidão a pessoas brancas, como mão-de-obra barata, submetidos a péssimas condições de trabalho. Sabemos que uma sociedade racista e desigual dificulta o acesso adequado a pessoas trans e negras à educação básica, além de tornar ainda mais penosa a sua permanência nas instituições de Educação, impossibilitando a inserção no mercado formal de trabalho e o acesso ao ensino superior.

A evasão escolar de pessoas trans e travestis no Brasil, de acordo com a pesquisa “Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: por que frequentam?”, coordenada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e Cultura e pelo Ministério da

Educação/BR, concentra o número de 82% destas populações. Em média, no Brasil, o tempo de permanência de travestis no ambiente escolar limita-se a uma média de quatro anos. Além disso, o levantamento de dados aponta que 19,3% dos 8.283 alunos de escola pública, na faixa etária de 15 a 29 anos, incluindo alunos jovens do Educação de Jovens e Adultos (EJA), não gostariam de ter colegas trans, travestis e homossexuais (ABRAMOVAY et al, 2015).

A saber, conforme a Pesquisa do Perfil dos Graduandos das Instituições Federais da Andifes, estudantes trans representam o total de 0,1% dos discentes de universidades federais do país. Dos alunos matriculados em 2018, 48,1% são mulheres cisgênero, 40,15% são homens cisgênero, 0,6% são pessoas não-binárias e 0,1% são homens e mulheres trans. Os dados do perfil de graduandos do Brasil foram mapeados em parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace), envolvendo 420 mil discentes, número correspondente a 78% da rede (ANDIFES & FONAPRACE, 2019).

Tanto o ódio por colegas de classe quanto os demais empecilhos institucionais são consequências da transfobia estrutural. A cultura transfóbica e cissexista reflete nas instituições de nossa sociedade, inviabilizando o acesso de pessoas trans e travestis a direitos básicos. O impedimento ao uso de seu nome em uma instituição de ensino, ao uso do banheiro, o preconceito e a discriminação, somados a fatores de classe e individuais do contexto de vida da pessoa impossibilitam a conclusão dos estudos e o acesso a um emprego formal. Ainda que pessoas T consigam passar por essas barreiras, em toda a sua dificuldade, o mercado de trabalho permanece muito fechado, pois a marginalização dessas populações é sistêmica.

### **3.4 “Não é de Deus”: pecado, crime e Inquisição**

As condições de vida e de trabalho de indivíduos e de grupos da população estão relacionadas a condições de saúde, expressas através dos determinantes sociais da saúde, que correspondem a *fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população* (BUSS & PELLEGRINI FILHO, 2007). Os determinantes sociais da saúde têm sido um fator importante para trabalhar em saúde, rompendo com paradigmas biomédicos que conceituam a doença como um fenômeno biológico individual. No final dos anos 1970, por meio de

importantes contribuições das correntes médicas latino-americanas, argumentou-se a respeito da insuficiência de práticas médicas em acolher e oferecer soluções satisfatórias para a melhoria de condições de saúde coletiva. Demarca-se, portanto, a entrada de correntes epistemológicas sociais para repensar os cuidados em saúde (GARBOIS; SODRÉ & DALBELLO-ARAÚJO, 2017).

As discussões acerca dos determinantes sociais da saúde (DSS) remetem às disparidades sociais, condições econômicas e de trabalho, bem como ao acesso a serviços de saúde e de assistência psicossocial. Nesta esteira, caso uma pessoa trans ou travesti consiga se aproximar de um serviço de saúde para ser atendida, é necessário que as/os profissionais estejam atentas/os às disparidades sociais que afetam a vida da pessoa, além do contexto em que está inserida e suas particularidades.

Para além do trato individual, é necessário articular uma agenda pública de combate à transfobia e ao racismo, e políticas direcionadas para a reparação histórica dessas populações. Campanhas direcionadas à cisgeneridade, com o intuito de transformar o imaginário social, o senso comum e minar os estigmas relacionados a pessoas trans, travestis e negras seria um trabalho básico e fundamental neste processo. Citei aqui, especificamente, a transfobia e o racismo, pois as pautas de pessoas T, durante muito tempo, foram apagadas em ativismos voltados para pessoas LGB (lésbicas, gays e bissexuais) cisgêneras, embora estas ainda careçam de atenção. Não é incomum que pessoas T sofram violências por lésbicas, gays e bissexuais cisgêneros, considerando que estas pessoas também fazem parte de uma sociedade estruturalmente racista e transfóbica, criadas com todo o tipo de discurso violento banalizado.

Em entrevista para a Folha de Pernambuco, Yuki Hayashi, mulher trans de origem asiática, 28 anos, relata experiência racista e transfóbica que viveu no meio LGBT: *"Eu saí desse lugar de não desejo que ocupava quando era um menino gay e passei a receber assédio de homens, muitos deles casados, me procurando para realizar fantasias, sempre no sigilo, nesse lugar do fetiche mesmo"*. Gui Takahasi, também mulher trans, 34 anos, afirma que conheceu *"o outro lado da moeda"*, após ter iniciado sua transição, passando a ser a mais procurada, mas muito mais por objetificação e fetichização, tanto pela sua transgeneridade quanto pela sua raça. *"Eu vivi durante muito tempo nesse meio gay tóxico, que é muito xenofóbico, racista, gordofóbico"*, conta.

Seguindo o mesmo fio, há os aplicativos (apps) de relacionamento/"pegação" voltados para o público LGBT. Um deles, o Grindr, possui uma dinâmica de filtros para selecionar características específicas de pessoas com as quais você quer se relacionar, seja para um encontro casual ou para namoro. O app é comum entre homens cis gays, embora homens trans, mulheres trans e travestis também o frequentem. Não só, homens cis heterossexuais e bissexuais também, incluindo os casados em busca de encontros casuais no "sigilo", com "discrição". Entre os filtros encontrados no app, há o de raça/etnia, gênero/identidade de gênero e de características como altura e peso. Entretanto, sob pretexto de que é questão de gosto, tanto ao selecionar filtros ou deixar explícito no perfil com quem gostaria de se relacionar e com quem não gostaria, a transfobia, o racismo e a gordofobia são camufladas como "preferência" pelos usuários. Segundo a Carta Capital (2019), os usuários se deparam com perfis dizendo "não a negros, gordos, asiáticos, afeminados...". E não a trans. Pessoas T e negras foram e ainda são incriminadas e punidas por serem quem são, ou seja, esse trato é reforçado através das políticas de inimizade e reiteradas culturalmente, influenciando inclusive na produção do desejo em sociedade. Os estigmas atrelados à imagem de pessoas trans e negras, no imaginário social, interferem em como esses grupos são vistos para se desenvolver uma relação afetiva ou sexual: para namoro, assumido publicamente, não. Mas para sexo, fetiche e hipersexualização desses corpos, sim, quando não rejeitados.

### **3.5 A Inquisição cisheteropatriarcal em nome do pai, do filho e do espírito santo**

Tendo já descrito os Determinantes Sociais de Saúde; a interseccionalidade; o colonialismo europeu; o papel do cristianismo na cultura e na política; quais processos levam determinados grupos a serem declarados como inimigos, e como o Estado e o campo social se articulam na *neutralização* desse inimigo, podemos começar a entender o suicídio como um homicídio social e de Estado. O caso de Demétrio é um de tantos outros. Não é um caso isolado e seu suicídio foi a única forma que encontrou, naquele momento, para dar fim aos sofrimentos que enfrentava devido a vulnerabilidades sociais às quais estivera exposto por ser homem trans, negro, pobre e favelado.

Ao se falar em suicídio, há a tendência de culpabilização da vítima, individualizando um problema que é muito mais social e político. O assunto já é tabu e ainda enfrenta um moralismo derivado especialmente de uma cultura cristã ocidental, ou seja: ouvimos que a pessoa que comete suicídio irá para o “inferno” ou terá que penar no umbral (purgatório), zona destinada aos espíritos pouco evoluídos e com pendências terrenas, pois cometeu um ato que “não é de Deus”. Esta expressão, inclusive, é comumente utilizada para caracterizar tudo aquilo que a moral cristã censura: sexo (sem a finalidade de reprodução da espécie); liberdade sexual; gênero dissidente; um fazer ciência desalinhado à norma, questionamentos ao patriarcado, incluindo populações determinadas como inimigas, como pessoas trans, travestis e negras, por exemplo.

Diana, uma mulher trans de 24 anos, diz que foi excluída pela família religiosa. A jovem afirma que a maior parte de sua família é evangélica, fanáticos e praticantes, vivendo de acordo com a Bíblia (antigo testamento) e que, embora alguns irmãos saibam de sua transição, não há contato, nem visitas. Diana prefere manter distância, pois, segundo ela, caso não tivesse saído de casa, não poderia ter vivido quem é (YAHOO! NOTÍCIAS, 2020).

Outro caso encontrado é o de Fernanda, *suicidada*, mulher travesti que residia em Maracanaú, no Estado do Ceará, foi notificada por uma das páginas de Facebook locais<sup>12</sup>. Com a intenção de preservação da imagem de pessoas envolvidas e de Fernanda, opto por não publicar neste trabalho os *printscreens* da notícia. Todavia, entre os comentários na postagem, boa parte eram de caráter julgador e religioso-cristão: enunciados derivados de versículos bíblicos; comentários de que Jesus está voltando e que quem tira a própria vida não tem a salvação de Cristo, além de outra pessoa que diz que "*Seu destino final será o Sofrimento eterno não só para esse miserável para todos que tira sua própria vida.*" (SIC). Além de discursos violentos julgadores, baseados em promover o medo pela religião, alguns outros comentários, juntamente deste último, deslegitimam o gênero de Fernanda e sua identidade. Enquanto isso, outras pessoas lamentam a morte e desejam os pêsames à família.

O suicídio ainda é visto como algo obscuro que não pode ser dito, sendo o ato condenável e punível em face a dogmas cristãos enraizados socialmente. A esfera

---

<sup>12</sup> Link da página do Facebook:  
<https://www.facebook.com/901634746669705/photos/a.901668856666294/1187543828078794/?type=1&theater>

mística que circunda o tema dificulta que o assunto seja estudado e compreendido, devido ao pânico moral que pode levantar. Entretanto, na portaria Nº 1.879 de 2006, o Ministério da Saúde estabelece Diretrizes Nacionais de Prevenção ao Suicídio, entendendo o suicídio como uma questão de saúde pública. Além de prever o desenvolvimento de estratégias de informação, sensibilização, educação continuada e fomentar projetos estratégicos para a prevenção, atenção e intervenções em casos de tentativa, as diretrizes trazem a necessidade de apontar a prevalência dos determinantes e condicionantes do suicídio e de tentativas, compreendendo fatores protetores e o desenvolvimento de ações intersetoriais de responsabilidade pública e de toda a sociedade (BLATT, 2019). A individualização dos casos, bem como a culpabilização da vítima são enunciados que tentam afastar a responsabilidade do campo social e político, além de reforçar a invisibilidade do tema. Além disso, o *efeito Werther* é um dos motivos para o suicídio ser tratado como um tabu. O fenômeno leva esse nome devido ao romance “Os sofrimentos do jovem Werther”, escrito por Goethe, publicado em 1774, que narra a história de um do jovem que cometeu suicídio por um amor não correspondido. A obra levou a Europa a enfrentar um grande problema: houve um aumento na taxa de suicídios, em que muitas pessoas foram encontradas com roupas similares às da personagem e uma pistola, o que sugere que o comportamento da personagem gerou um efeito em cadeia aos conhecedores da obra, aumentando a probabilidade do ato.

Não cabe a este trabalho discutir as controvérsias do efeito Werther, porém apontar a forma como se fala - quando se fala - do suicídio publicamente. O silêncio em si já diz muito sobre o fato de a sociedade não estar preparada para enfrentar um problema de saúde pública deste nível. Embora existam campanhas de prevenção (como o Setembro Amarelo), não se divulgam amplamente canais de ajuda como o Canal de Valorização à Vida (CVV), por exemplo, nem mesmo as possibilidades de acolhimento na rede pública de saúde. Além disso, é comum ouvir de profissionais da área que não se sentem preparados o suficiente para atender à demanda, a qual tende a ser acolhida como depressão ou ansiedade e a pessoa encaminhada para medicalização, sem a devida avaliação e direcionamento para terapia. Ainda hoje a psicologia, no sistema público, é defasada em termos numéricos face à necessidade, e profissionais da Psicologia necessitam defender a importância da profissão. O sentimento de despreparo para manejar ideações suicidas, a sobrecarga de trabalho e a ausência de protocolos que orientam os familiares, juntamente de explicações de

"senso comum" sem uma reflexão da multicausalidade do suicídio e a associação deste a problemas psiquiátricos ainda são desafios a serem superados por profissionais da saúde no sistema público de saúde (GONÇALVES et al, 2015). A ausência do profissional da psicologia em equipe de emergência, de acordo com estudo realizado por Gonçalves et al (2015), torna o atendimento de pacientes em situação de ideação suicida precário, não existindo quem o acolha apoiando-se em aporte teórico e técnico adequados. Ainda que se compreenda a importância do profissional da psicologia na emergência para atender a este tipo de demanda, ainda segundo os autores, os profissionais da saúde atribuem somente a psicólogas/os o acolhimento e a busca de informações com acompanhantes ou familiares, sendo que estas ações podem ser realizadas por todas as categorias profissionais.

Portanto, o problema é sistêmico, sendo inconcebível o argumento que individualiza o suicídio. Diferentemente do efeito Werther, o efeito *Papageno*, intitulado em referência à obra "A Flauta Mágica" de Wolfgang Amadeus Mozart, traz a história de um jovem chamado Papageno que, também por não ter o amor correspondido, tenta se enforcar. No entanto, o jovem é convencido por seres mágicos a não cometer suicídio, mostrando-o alternativas de superação e novas possibilidades (PSICONLINEWS, 2018), sendo este desfecho da história importante para alternativas quanto à forma de veicular a informação para evitar o efeito em cadeia propiciado pela tragédia vivenciada pelo jovem Werther. Deixar de falar sobre suicídio é ignorar um problema de saúde pública, somando-se a uma minimização da importância de conscientização em saúde mental. O que precisa ser avaliado é a forma como falar sobre o tema e como veicular campanhas e políticas de prevenção ao suicídio, além de propiciar educação continuada a profissionais de saúde para que possam compreender, avaliar e manejar os casos.

Tanto o homicídio propriamente dito quanto o suicídio de uma pessoa trans e/ou não-binária afeta toda uma rede comunitária construída por esses grupos. O caso do casal trans não-binário Ares Saturno e Soren Neres Denardi foi uma dessas mortes que impactaram essas comunidades. O casal residia em Praia Grande, no litoral de São Paulo, e suas mortes ocorreram juntas em um hotel na cidade de Ribeirão Pires, no ABC Paulista. Amizades de Ares e de Soren comentam que ambos tinham histórico relacionado a tentativas de suicídio e que haviam combinado tudo. Em uma postagem em rede social, Soren se despede de um amigo e afirma que,

apesar de estar satisfeito consigo, encontrava-se cansado e que *o mundo dos humanos é injusto* (FRRRKGUYS, 2019).

Ares e Soren enfrentavam dificuldades financeiras e pediam ajuda através das redes sociais, além de sofrerem as consequências de violências transfóbicas. O suicídio do casal marcou o Mês da Visibilidade Trans do ano de 2019, o que ocasionou luto coletivo somado a sentimentos de desesperança, angústia e medo entre tantas outras que pessoas trans e não-binárias vivenciaram ao enfrentar dificuldades similares às do casal tanto ao que se refere ao sofrimento proveniente de violências estruturais como à uma qualidade de vida precária.

A individualização e culpabilização da vítima suicidada, bem como os processos históricos de patologização das transgeneridades reforça a ideia, ainda hoje, de que os suicídios são motivados pela transgeneridade e de que esta trata-se de uma doença. Esses discursos são pilares para o aumento das iniquidades sociais e políticas, da marginalização e das mortes de pessoas trans e travestis, necessitando não só que a “doença” seja curada, mas que a ameaça seja neutralizada para não afetar demais setores da sociedade. Soa cruel para você? Tanto a patologização pela via biomédica quanto delegar o sofrimento ao campo individual são retóricas moralistas e conservadoras que entendem as transgeneridades como uma afronta “à natureza de Deus”, embora seja compreensível que, na verdade, essa ideia de natureza trata-se de mais um bode expiatório para a manutenção de uma estrutura cisgênera, branca, heterossexual, cristã e patriarcal da sociedade. Esta mesma estrutura mantém em posições de poder uma elite cis e branca de homens que possui o domínio dos mais diversos setores da sociedade, incluindo o acesso ao conhecimento, à ciência, à política e aos benefícios do capital.

Em vídeo publicado recentemente em um canal do YouTube, três pessoas evangélicas relatam serem hoje “ex-travestis”, “libertas por Deus”<sup>13</sup>. Para não citar diretamente seus nomes, as identificarei como “pessoa A”, “pessoa B” e “pessoa C”. Pessoa A afirma que, hoje, segue fielmente Jesus e que acreditou cegamente que tinha nascido no corpo errado. Cresceu afeminada e, aos 16/17 anos, foi mudando o corpo. Diz não ter alma feminina e que ninguém nasce com alma feminina. Segundo a pessoa A, “nós nascemos seres viventes”. Ainda, diz que deixou de ser travesti ao

---

<sup>13</sup> Link para o vídeo:

[https://www.youtube.com/watch?v=K Dh5dHgpYC0&ab\\_channel=FlavioAmaraleAndr%C3%A9iaCastr o](https://www.youtube.com/watch?v=K Dh5dHgpYC0&ab_channel=FlavioAmaraleAndr%C3%A9iaCastr o)



ouvir a voz do espírito santo lhe dizendo “eu te chamei, eu te escolhi, te escolhi para ser homem”. Acrescenta que não tinha Deus em sua vida, que era servo do Diabo, vivia miserável e usando drogas e que seu papel, hoje, é amparar o necessitado, dar testemunho, abraçar as pessoas, dividir o que ganha, o que tem e o que você vive.

A pessoa B, na sequência, fornece um longo relato de sua trajetória de vida. Inicia sua narrativa afirmando que há três principais possibilidades para que uma pessoa desencadeie “esse mal”, tratando as transgeneridades como uma espécie de “maldição para sua vida”, de acordo com as próprias palavras. Para a pessoa B, “não é bênção, é homossexualismo, lesbianismo, tem se tornado uma maldição aos filhos que Deus enviou à Terra e um dos motivos é o estupro e abuso na infância”. A segunda hipótese, acrescenta, são decepções e traumas que tanto homens quanto mulheres enfrentaram em suas vidas afetivas, como traições e maus-tratos, por exemplo, levando mulheres a serem lésbicas e homens a serem gays. Ainda, a terceira hipótese, para esta pessoa, seria que as transgeneridades tratassem de “maldições hereditárias”. Argumenta que, dentro do ventre de sua mãe, foi oferecido à religião pagã, à “macumbaria”, e ao Candomblé e que, portanto, a Umbanda teria propiciado a optar por ser travesti. Ressalta que, assim como escolheu ser travesti, também escolheu deixar de ser e que nunca gostou de ser travesti. Por ter vivido em um ambiente familiar sem amor, sem carinho, tornou-se travesti e prostituía-se por enfrentar dificuldades financeiras.

A terceira pessoa, enquanto isso, ateu-se em designar travestis como “um sentimento maligno”, uma “coisa que afasta do Senhor”. Analisando os três relatos, novamente depara-se com o discurso de que as transgeneridades “não são de Deus”, como se fosse uma maldição ou até mesmo uma condição diabólica, o que reforça as relações de inimizade estabelecidas com essas populações. Essas relações não são fomentadas somente pela moral cristã, mas através de uma intersecção do cristianismo com a cisnormatividade, entre outras violências estruturais que podem vir embutidas diretamente ou estarem indiretamente atreladas a um rol de discursos. Ou seja, é comum que uma pessoa que reproduza transfobia também reforce racismo e misoginia, embora não essencialmente seja assim. Um exemplo disto, no discurso da pessoa B, foi demonizar tradições africanistas e práticas religiosas africanas e afro-brasileiras, vinculando-as como más influências que “promovem” a transformação de pessoas em travestis via maldições. Nesta fala, há uma separação do que é “pessoa” e do que é “travesti”, como se as travestissem não fossem humanas. Da mesma

forma, as três pessoas envolvidas no vídeo concordam que decepções afetivas, falta de amor e de carinho na infância e a falta de Deus são os motivos para alguém “se tornar travesti” ou “homossexual”, o que denota confusão dos três interlocutores ao que se refere a orientação sexual e ao que é gênero.

As três pessoas acreditam que o fato de hoje terem deixado de ser travestis e constituído uma família as tornam pessoas melhores. Entretanto, o que é compreendido por família pela pessoa A, B e C é a cisgênera e heterossexual, dentro que é proposto - e interpretado por estes grupos - pelo deus cristão na Bíblia e bem quisto, como se não existisse falhas, não existindo outras possibilidades de constituir família.

A partir dessa ótica, podemos entender que estamos falando de uma cadeia discursiva que leva uma violência à outra, seja por estarem naturalizadas na estrutura social e compor a nossa cultura, seja por posicionamentos políticos e partidários que as aglomeram. Assim, esses posicionamentos, através de lideranças e forte retórica, fortalecem a transfobia e o racismo, por exemplo, como posições morais e patrióticas a serem defendidas, em nome de um “bem comum”. Este bem comum seriam os valores e o poder das classes dominantes a serem preservados, assim como todo um sistema patriarcal, branco, cisgênero, heterossexual e cristão que organiza a sociedade e estabelece hierarquias entre os sujeitos.

A cisheteronormatividade, ao patologizar corpos e vidas de pessoas T e promover as cisgeneridades como as únicas possibilidades naturais e normais, traça um paralelo com as transgeneridades, relegando estas a um espaço para além da anomalia, mas de demonização e incriminação destes corpos. Somado aos discursos religiosos fundamentalistas, é comum ouvir que modificações corporais que dizem a respeito de pessoas trans são “do Diabo”, embora não seja tão comum - ou não leva o mesmo peso - ouvir que os mesmos procedimentos, porém realizados por pessoas cisgêneras, sejam mutilações puníveis aos olhos do deus cristão e da sociedade. Mutilações que destroem o que o deus cristão construiu em sua perfeição, de acordo com esta linha de raciocínio, ou seja, uma afronta a este deus, à sociedade, inclusive explícito no relato da pessoa A, que afirma ter enfrentado a tudo e a todos para ser travesti.

O simples fato de alguém ser trans já é motivo para se dizer que “não tinha Deus na vida” e tachar esses grupos por estigmas morais, através da dicotomia: pessoas cis (de Deus, cidadão de bem, pessoa que vive sob princípios altruístas e de

bom coração) x pessoas trans (servas do Diabo, prostitutas, usuárias de drogas, más influências, incapazes de altruísmo, maldição). As três pessoas também concordam que o “desejo de ser travesti” era um sentimento maligno que as afastava dos bons princípios, do que é correto e “do bem”, praticamente como uma possessão ou influência demoníaca, pejorativamente. Acordam que não se nasce travesti, que trata-se de uma opção, ou seja, o discurso de que as transgeneridades são transtornos traumáticos ou fruto mórbido de algo sobrenatural se faz presente nas três narrativas. O *ser cis*, ainda que não posto nessas palavras, nem tenha sido marcado no vídeo, é posto como natural, correto; nasce-se cis, “de bem” e “de Deus”.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental notar que a construção do imaginário social e rede discursiva sobre pessoas T está diretamente conectada à patologização dessas populações e a consequente criminalização/incriminação e punição dessas vidas. A legislação dos códigos civis está amparada nos códigos canônicos do cristianismo e vice-versa, o que judicializa hierarquias sociais e legítimas políticas de inimizade estabelecidas em relação a pessoas trans, travestis, pobres e negras.

Essa patologização data de muito antes dos primeiros estudos, de viés biomédico, das transgeneridades, tendo como um ponto de referência importante o cissexismo científico, reiterado pelos avanços da biomedicina e da força de epistemologias iluministas, a partir do Estado moderno. Ciência, Estado e cristianismo, portanto, tiveram grandes influências no que hoje concebemos como sexo, raça, moralidade e bons costumes. Embora cientistas e demais pensadores iluministas tenham disputado o poder com o cristianismo e enfrentado a Inquisição, ambos convergem, conforme pensado neste trabalho, quando se fala na defesa do patriarcado, da branquitude e de uma elite cisgênera. Embora este termo não fosse reconhecido, não significa que as cisgeneridades e as transgeneridades não existissem na época. As transgeneridades, possivelmente, existiram através de outras nomenclaturas que poderiam ter variado conforme a cultura e a localização geográfica, embora somente estas fossem marcadas, enquanto que as cisgeneridades eram reafirmadas enquanto naturais e legítimas pela ciência ocidental. O cissexismo científico, portanto, foi e ainda é uma das ferramentas de manutenção do cisheteropatriarcado, a partir do dispositivo da cisnormatividade, propiciando discursos que patologizam e vilanizam as transgeneridades. Em nome da legitimidade de uma produção de conhecimento ocidental, branca e cisgênera, faz-se uso destes saberes para justificar violências transfóbicas e defender interesses políticos do cisheteropatriarcado, assim como o racismo científico propiciou a manutenção do racismo nas estruturas sociais com finalidade de preservar os interesses da branquitude.

A caça às bruxas adaptou-se e uniu setores conservadores e liberais da sociedade, com a finalidade de manter as hierarquias e as relações de poder. Para isso, o cisheteropatriarcado necessita garantir formas de exercício de posições de poder sustentadas em uma legitimidade discursiva que utiliza a ideia da defesa da

sociedade e da segurança nacional por meio de táticas sociais e políticas de neutralização das ameaças que as populações de pessoas T, negras e pobres representam. A patologização e o assujeitamento à cisnormatividade têm sido, até então, umas das principais ferramentas de gerenciamento dessas vidas, seguidas de políticas públicas camufladas de boas intenções por parte do Estado de assegurar o bem-estar e o progresso da nação, mas que visam a marginalização e a morte de populações definidas como inimigas. Através da colonialidade, o dispositivo da cisnormatividade, com a intenção de neutralizar a ameaça que as transgeneridades representam, utiliza-se da patologização e de lógicas de correção dessas populações com a finalidade de que, compulsoriamente, aproximem-se dos ideais cisgêneros de corpos e de vidas, ou seja, como parte das políticas de inimizade estabelecidas para com essas populações. Quando neutralizar ou apagar sua existência não é o suficiente, o Estado planeja e implementa políticas de extermínio, ou seja, as necropolíticas, com um intuito não só de higienização da sociedade ao remover o que é abjeto e impuro, mas também de manter os interesses e valores do cisheteropatriarcado. Esse extermínio, portanto, ocorre não apenas através da morte com um fuzil ou uma facada, ou do encorajamento da sociedade civil pela cultura e pelo Estado de agredir pessoas trans e travestis, mas também através do suicídio, neste trabalho compreendido como um *homicídio de Estado* e, também, por mecanismos estatais relacionados a disputas políticas. Mina-se as possibilidades de sobrevivência desses grupos em sociedade. Por exemplo, a precarização, a invisibilidade e até mesmo a exclusão do campo das políticas públicas, o que reforça a marginalização dessas populações.

Devido à pandemia de COVID-19, as entrevistas que inicialmente pretendia realizar com membros da comunidade de pessoas trans e travestis, e com familiares e demais pessoas próximas de pessoas T assassinadas, não foi possível, o que limitou o trabalho de campo desta pesquisa. Outra barreira encontrada foi a escassez de dados oficiais acerca de homicídios e suicídios de pessoas trans e travestis; as informações obtidas foram localizadas pelos movimentos sociais e observatórios organizados por ativistas. Sendo assim, questiona-se como a sociedade civil consegue organizar-se minimamente para obter essas informações, ainda que de forma limitada, e o Estado não possui esses dados. Neste sentido, fica difícil de acreditar que o Estado não dá conta. Seria uma tentativa de apagamento dessas informações, com a finalidade de alegar que não existe transfobia, por exemplo? Se

não há dados oficiais, para o Estado, não há morte por violência transfóbica, logo não seria necessário implementar políticas públicas para essas populações. Neste sentido, trata-se de mais um mecanismo necropolítico do Estado.

Creio que estou longe de sanar conflitos tão complexos que partem de toda uma estrutura social transfóbica que data de muitos centenários. Desta pesquisa, levo também muitos tópicos a serem investigados com maior profundidade, como o transfeminicídio e a morte por suicídio de homens trans e pessoas transmasculinas, além de adensar o tópico que se refere às diferenças entre estas violências: como mulheres trans e travestis são mais assassinadas por homicídio e por qual razão homens trans são mais suicidados. Penso, também, que seria interessante futuramente aprofundar os estudos acerca do conservadorismo em sociedade, sobre a desproteção social e como a psicologia contribui com esses processos historicamente.

Por fim, acredito na fundamentalidade do fortalecimento interno dessas comunidades, de se apropriarem de suas transgeneridades e de suas demandas, com o objetivo de conhecerem as estruturas cisnormativas para que consigam se instrumentalizar e elaborar mecanismos de luta, de proteção e de empoderamento das comunidades de pessoas T. Há, também, a necessidade de uma agenda pública, por parte do Estado e dos setores da sociedade, de combate à transfobia e ao racismo. Precisa-se de práticas que vão além de papéis assinados - que também são importantes, mas sem a prática cotidiana não há mudanças factuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam.** Brasília-DF: Flacso-Brasil, OEI, MEC, 2015.
- ACIDADEON. **Homem que matou e arrancou coração de travesti é absolvido.** 2019. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/policia/NOT,0,0,1458570,homem+que+matou+e+arrancou+coracao+de+travesti+e+absolvido.aspx>. Acesso em: 5 abr. 2021.
- AHMED, Sara. **On being included: Racism and diversity in institutional life.** Duke University Press, 2012.
- ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 380-407, ago. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872013000200017&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200017&lng=pt&nrm=iso). acessos em 18 abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200017>.
- ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- ANDIFES & FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018.** Brasília. 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 13 de jun. 2021.
- ANTRA. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em 5 abr. 2021.
- ANTRA. **BOLETIM Nº 02/2020 ASSASSINATOS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM 2020.** 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra-1.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2020.

ANTRA. **Precisamos falar sobre o suicídio das pessoas trans!**. 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Aug. 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso)>. access on 13 May 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

BLATT, Marcos Roberto. A RELEVÂNCIA DAS REDES SOCIAIS NA PREVENÇÃO AO SUICÍDIO. **Revista da Saúde da AJES**, v. 5, n. 10, 2019.

BRASIL DE FATO. **Morre mulher trans que teve 40% do corpo queimado por adolescente em Recife.** 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/09/morre-mulher-trans-que-teve-40-do-corpo-queimado-por-adolescente-em-recife>>. Acessado em: 26 ago. 2021.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, Apr. 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312007000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000100006&lng=en&nrm=iso)>. access on 22 Jun. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARTA CAPITAL. **Questão de gosto: o racismo, a homofobia e a gordofobia nos aplicativos de relacionamento.** 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/saudelgbt/questao-de-gosto-o-racismo-a-homofobia-e-a-gordofobia-nos-aplicativos-de-relacionamento/>> Acesso em 03 Set. 2021.

COLLINS, Patricia Hill, BILGE, Sirma. **Intersectionality.** Cambridge, UK: Polity Press, 2016.

DUNKER, Christian. **Sintoma, mal-estar e sofrimento.** São Paulo: Boitempo, 2016.

EL PAÍS Brasil. **Jesus pode ser tudo, menos travesti.** 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/cultura/1532371217\\_501094.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/cultura/1532371217_501094.html)>. Acesso em: 08, jan 2021.

FERREIRA, Guilherme Gomes; KLEIN, Caio Cesar; NOVAIS, Flávia Luciana Magalhães; GOULART, Vincent Pereira. Mapeamento do encarceramento LGBTI+ no



Brasil: projeto Passagens. In: FERREIRA, Guilherme Gomes & KLEIN, Caio Cesar (org.). **Sexualidade e gênero na prisão: LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal**. 1. ed. Salvador: Editora Devires, 2019. p. 126-149.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Transgêneros amarelos lidam com racismo da comunidade LGBT e transfobia de comunidades asiáticas**. 2021. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/transgeneros-amarelos-lidam-com-racismo-da-comunidade-lgbt-e/188767/>> Acesso em: 03 Set. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Ao transformar luto em luta, comunidade T conquistou direitos nos anos 2010. 2020.** Disponível em: <[https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/ao-transformar-luto-em-luta-comunidade-t-conquistou-direitos-nos-anos-2010.shtml?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=comptw](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/ao-transformar-luto-em-luta-comunidade-t-conquistou-direitos-nos-anos-2010.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=comptw)>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade. Vol. 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRRRKGUYS. **Ares & Soren: casal trans não-binária morre em São Paulo**. <<http://www.frrrkguys.com.br/ares-soren-casal-trans-nao-binariae-morre-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 29 juç. 2021.

GARBOIS, Júlia Arêas; SODRÉ, Francis e DALLBELLO-ARAUJO, Maristela. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. **Saúde em Debate** [online]. 2017, v. 41, n. 112 [Acessado 24 Junho 2021], pp. 63-76. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201711206>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711206>.

GELEDES. **83% dos presos injustamente por reconhecimento fotográfico no Brasil são negros**. 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/83-dos-presos-injustamente-por-reconhecimento-fotografico-no-brasil-sao-negros/>>. Acesso em: 23 Set. 2021.

G1. **Morre mulher trans que teve 40% do corpo queimado por adolescente no Centro do Recife. 2021.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/06/27/mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-por-adolescente-tem-braco-amputado-e-estado-de-saude-e-grave-diz-hospital.ghtml>> Acessado em: 26 ago. 2021.

G1. **'Ser trans é ter que se esforçar 3 vezes mais': moradores do DF contam como assumiram identidade de gênero no trabalho**. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/ser-trans-e-ter-que-se-esforçar-3-vezes-mais-moradores-do-df-contam-como-assumiram-identidade-de-gênero-no-trabalho.ghtml>>.

GIAMI, Alain. A medicalização da sexualidade. **Foucault e Lantéri-Laura: história da medicina ou história da sexualidade?**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 15, p. 259-284, 2005.

GONÇALVES, Patrícia Ivanca de Espíndola; SILVA, Roseane Amorim da; FERREIRA, Lindair Araújo. Comportamento suicida: percepções e práticas de cuidado?. **Psicologia Hospitalar**, v. 13, n. 2, p. 64-87, 2015.

GOULART, Vincent P. **Psicologia e despatologização da população de pessoas trans e travestis: repensando as práticas psi**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)-Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, Nov. 2001. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso)>. access on 21 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>.

HYPENESS. **Mãe de Demétrio Campos fala como a alegria de viver do filho foi abreviada pelo racismo e transfobia**. 2020. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2020/06/mae-de-demétrio-campos-fala-como-a-alegria-de-viver-do-filho-foi-abreviada-pelo-racismo-e-transfobia/>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. "Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo". **Revista universitas humanística**, Bogotá, Colombia, v. 78, n. 78, p. 241-257, 2014a. Disponível em <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6410> . Acesso em 14/05/2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 07 jul. 2020.

JUSTIFICANDO. **Aos gritos de “Bolsonaro” e “ele sim”, travesti é morta no centro de SP.** 2018. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2018/10/17/aos-gritos-de-bolsonaro-e-ele-sim-travesti-e-morta-no-centro-de-sp/>>. Acesso em: 16 Set. 2021.

LATIN, RESISTANCE IN; FEMINISM, DECOLONIAL. **DESUMANIZAÇÃO, RECONHECIMENTO E RESISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA DA PRECARIÉDADE DE JUDITH BUTLER E O FEMINISMO DECOLONIAL DE MARÍA LUGONES.** Dados, 2020.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

LIONCO, Tatiana et al. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 26 ago. 2021.

LUCKMANN, F.; NARDI, Henrique Caetano. 'Um corpo (des)governado: hierarquias de gênero, governamentalidade e biopolítica'. **REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS**, v. 25, p. 1239-1255, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Traduzido por Marta Lança. Lisboa, Portugal: Antígona, 2014.

\_\_\_\_\_. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte.** Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

\_\_\_\_\_. **Políticas da Inimizade.** Traduzido por Marta Lança. Lisboa, Portugal: Antígona, 2017.

MIDIA MAX. **Cliente esgana travesti até desmaiar durante programa sexual em Campo Grande.** 2020. Disponível em: <[https://www.midiamax.com.br/policia/2020/trans-e-enforcada-ate-desmaiar-durante-programa-sexual-em-campo-grande?fbclid=IwAR3\\_QhyQlitLS2sUHVhKwSVpcpdh33ISA58VMVWfYgliG4rKA3YixyykLEg](https://www.midiamax.com.br/policia/2020/trans-e-enforcada-ate-desmaiar-durante-programa-sexual-em-campo-grande?fbclid=IwAR3_QhyQlitLS2sUHVhKwSVpcpdh33ISA58VMVWfYgliG4rKA3YixyykLEg)>. Acesso em 02 set. 2021.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo.** Madrid: Akal, 2003.

MONICA, Eder Fernandes. Sentidos de contrassexualidade e tecnologias corporais nos diálogos de 'Bombadeira' e 'Protagonismo Trans'. **Gragoatá**, v. 23, n. 47, p. 822-847, 2018.

NARDI, Henrique Caetano. Nas bordas do humanos: lutas pelo reconhecimento e capturas identitárias. In: Alexsandro Rodrigues; Catarina Dallapicula; Sérgio R. da S. Ferreira. (Org.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. 1ed. Vitória: EDUFES, 2014, v. 1, p. 213-225.

NEVES, Milena Gonçalves. **Marginalização Social: a atualidade do debate clássico do pensamento crítico latino americano**. 2005. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (unicamp), Campinas, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000359327>. Acesso em: 02 jun. 2020.

NICHIATA, Lucia Yasuko Izumi et al. A utilização do conceito "vulnerabilidade" pela enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 5, p. 923-928, Oct. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692008000500020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692008000500020&lng=en&nrm=iso)>. access on 24 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692008000500020>.

NOTÍCIAS, YAHOO!. **Despreparo de profissionais e falta de políticas impedem acesso de população trans aos serviços de saúde**. 2020. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/despreparo-de-profissionais-e-falta-de-politicas-impedem-acesso-de-populacao-trans-aos-servicos-de-saude-090045674.html?guccounter=1>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

O GLOBO. **Checamos declarações de Bolsonaro em anúncio de troca de partido**. 2017. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/eissomesmo/post/checamos-declaracoes-de-jair-bolsonaro-em-anuncio-de-troca-de-partido.html>>. Acesso em: 16 Set. 2021.

PEREIRA, Lara Torrada; RIBEIRO, Paula Costa; RIZZA, Juliana Lapa. A ofensiva antigênero e seus efeitos: um projeto-experiência com professoras/es da Educação Básica. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 28, p. 107-126, 2020.

PORTAL THATHI. **Transexual é morta a facadas na Vila Tibério, em Ribeirão; polícia investiga possível ação de serial killer**. 2021. Disponível em: <<https://thathi.com.br/policia/transexual-e-morta-a-facadas-na-vila-tiberio-em->

ribeirao-preto-policia-investiga-possivel-acao-de-serial-killer/?utm\_source=Push-Notification&utm\_medium=Portal-Thathi>. Acesso em: 17 abr. 2021.

PROJETO COLABORA. **10 relatos que mostram a importância de criminalizar a LGBTfobia**. 2019. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods5/relatos-para-entender-por-que-brasil-deve-criminalizar-lgbtfobia/>>. Acesso em: 03 Set. 2021.

PSICONLINEWS. **O efeito Papageno: uma forma de prevenção ao suicídio**. PsiconlineWS, 2018. Disponível em: <<https://psiconlineWS.com/2018/10/o-efeito-papageno-uma-forma-de-prevencao-ao-suicidio.html>> Acesso em: 22, jul. 2021.

QUARTIERO, Eliana Teresinha. **A Diversidade Sexual na Escola: produção de subjetividade e políticas públicas**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2009.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

Silva, Marta Angélica Iossi et al. Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2014, v. 19, n. 02 [Acessado 30 Março 2020], pp. 619-627. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014192.22312012>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014192.22312012> .

RIBEIRO DE MACEDO, Cleber Michel; FEDERICO SÍVORI, Horacio. Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de " psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 4, 2018.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, 2019.

RIOS, Luis Felipe. **O feitiço de Exu. Um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, Apr. 2017. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000100365&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100365&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>.

RUBIN, Gayle. "**Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade**". Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

RUBIN, Gayle. **The traffic in women: notes on the political economy of sex**. In: Rayna Reiter (org), Toward an anthropology of women. New York: Monthly View Press, 1975. (Trad. Bras. Jamille Pinheiro Dias. In: Políticas do sexo. São Paulo: Ubu, 2017).

UNAIDS. **OMS anuncia retirada dos transtornos de identidade de gênero de lista de saúde mental**. 2018. Disponível em: <https://unaid.org.br/2018/06/oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-identidade-de-genero-de-lista-de-saude-mental/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

SILVA, Marta Angélica Iossi et al. Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2014, v. 19, n. 02 [Acessado 29 Março 2021], pp. 619-627. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014192.22312012>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014192.22312012>.

SIMAKAWA, Viviane V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>. Acesso em: 12, mar. 2021.

SOUZA, E. R. et al. Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans. 2015. **Relatório Técnico - Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº 32/2012**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>>. Acesso em 19 abr. 2019.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. Autêntica, 2017.

STOP PATOLOGIZACIÓN TRANS. **Manifiesto. 2012**. Disponível em: <https://stp2012.wordpress.com/manifiesto/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **Trans Murder Monitoring**. 2016. Disponível em: <<http://tgeu.org>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa; PRADO, Marco Aurélio Máximo. As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 41-55, 2016.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; SILVA, Hudson Pacifico da. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2107-2118, 2018.

WORD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Media centre: suicide: fact sheet n° 398**. Geneve, Aug. 2015. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs398/en/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ZE DUDU. **Calote ou extorsão: briga entre travesti e cliente vai parar na Depol**. 2021. Disponível em: <<https://www.zedudu.com.br/calote-ou-extorsao-briga-entre-travesti-e-cliente-vai-parar-na-depol/>>. Acesso em: 19 Set. 2021.